

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

ANTÓNIA JOÃO MUSSAQUE

ÉTICA E CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM ANGOLA

São Leopoldo

2018

ANTÓNIA JOÃO MUSSAQUE

ÉTICA E CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM ANGOLA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestra em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Teologia e
educação
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e Juventude

Orientador: Prof. Dr. Roberto Ervino Zwetsch

São Leopoldo

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M989e Mussaque, Antónia João

Ética e cidadania na educação primária em Angola /

Antónia João Mussaque ; orientador Roberto Ervino

Zwetsch. – São Leopoldo : EST/PPG, 2018.

89 p. : il. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2018.

1. Educação – Angola. 2. Ensino primário – Angola. 3. Ética. 4. Cidadania. 5. Direitos humanos. I. Zwetsch, Roberto E. (Roberto Ervino), orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

ANTÓNIA JOÃO MUSSAQUE

ÉTICA E CIDADANIA NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA EM ANGOLA

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestra em Teologia e Educação
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
e Educação
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e Juventude

Data de Aprovação: 19 de novembro de 2018.

Roberto Ervino Zwetsch – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia – Faculdades EST

Marta Nörnberg – Doutora em Educação – UFPEL

Dedico este trabalho de pesquisa ao meu amado esposo

Antônio Neves Mussaqui,

aos meus filhos, Adilson, Selmira e Kivuvu Mussaqui.

Eterna gratidão pelo incentivo, paciência
quando ausente, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e saúde renovada, muito obrigada, Senhor!!!

Eterna gratidão ao meu esposo e filhos, pelo suporte e apoio incondicional.

Aos amigos e amigas, companheiros e companheiras da jornada acadêmica.

Aos professores e professoras do curso, o meu apreço e respeito.

Gratidão sincera ao Professor Doutor Roberto. Sua parceria me fez repensar e aprimorar a elaboração desta dissertação.

A todos e todas; o meu muito obrigado!

Existem motivos suficientes para se pensar em ética e cidadania na educação primária angolana. O quadro atual a que o país vive mostra claramente a necessidade de ações educativas conscientes, refletivas e críticas que se constituam em o fio condutor pelo qual legisladores, profissionais da educação e estudantes possam nortear suas ações.

Malika Mussaque

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a importância do ensino da ética e da cidadania como componente curricular do ensino primário de Angola, um contexto que por longos anos teve o seu desenvolvimento retardado e prejudicado, primeiro pelos efeitos devastadores da colonização portuguesa imposta no território por mais de 500 anos, segundo pela sangrenta guerra civil instalada logo após a independência em 1975, esta que durou quase 32 anos e rendeu prejuízos avultados e destruiu todas as estruturas físicas e institucionais da sociedade angolana, incluindo o setor educacional. Tendo como ponto de referência inicial os conceitos da Ética de modo geral e de Cidadania como pressupostos para a construção da paz e da democracia e, observando o cenário político, econômico e social atual de Angola, pensamos que se torna imperioso a inclusão da ética e cidadania como componente curricular do ensino primário em Angola, como contribuição na formação de cidadãos do presente e do futuro que se requerem críticos e aptos para viver no respeito à diversidade, promovendo a tolerância, a paz, a igualdade e os direitos humanos universais.

Palavras-chave: Angola; Ensino Primário; Ética e Cidadania; Direitos Humanos.

ABSTRACT

The goal of this paper is to analyze the importance of teaching ethics and citizenship as curricular components in primary education in Angola, a context which for long years has had its development hindered and harmed, first by the devastating effects of the Portuguese colonization imposed on the territory for more than 500 years, second by the bloody civil war which was impetrated soon after Independence in 1975 which lasted almost 32 years and produced extensive damage and destroyed all the physical and institutional structures of the Angolan Society, including the educational sector. Having as an initial point of reference the concepts of Ethics in a general way and of Citizenship as presuppositions for the construction of peace and democracy and observing the current political, economic and social scenario of Angola, we thought that it has become imperious to include ethics and citizenship as curricular components in primary education in Angola as a contribution to the formation of citizens of the present and of the future who need to be critical and able to live respecting diversity, promoting tolerance, peace, equality and universal human rights.

Keywords: Angola; Primary Education; Ethics and Citizenship; Human Rights

Sumário

1 INTRODUÇÃO	19
2 REINOS PRÉ-COLONIAIS DE ANGOLA.....	21
2.1 Educação nas sociedades tradicionais de Angola.....	24
2.2 Retrospectiva da educação institucional escolar: da Idade Média à época moderna.....	27
2.3 Sobre o início da educação institucional escolar em Angola.....	32
3 REFORMAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA DE ENSINO EM ANGOLA.....	41
3.1 Reformas educacionais do sistema de ensino de Angola na época colonial	42
3.2 Reformas do sistema de ensino em Angola após a independência	48
3.3 Mudanças na lei e nos currículos para o ensino escolar angolano.....	51
3.4 Situação atual do ensino escolar em Angola.....	58
4. A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NO ENSINO PRIMÁRIO EM ANGOLA.....	63
4.1 Ética como pressuposto filosófico da formação humana na contemporaneidade.....	67
4.2 Ética da convivência, preservação e respeito pela diversidade humana .	70
4.3 Ética para a formação da moral cidadã e da manutenção dos direitos humanos e democráticos.....	74
4.4 Contribuições do relatório da UNESCO “os quatro pilares” para a educação primária em Angola.....	80
5. CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS.....	87

1 INTRODUÇÃO

A busca por conhecimentos que contribuem para a transformação e adequação de comportamentos norteados por valores e princípios socialmente aceitos no convívio dos seres humanos tem sido uma das principais preocupações de todas as instituições voltadas para a formação e desenvolvimento das sociedades atuais. Esta preocupação surge em decorrência do descalabro em que as instituições norteadoras da sociedade se encontram como a família, os sistemas políticos e econômicos, bem como a sociedade em geral, as quais deixaram de ser referência de conduta. A consequência desta falta para os indivíduos e com reflexos diretos na sociedade se apresenta em forma de miséria, corrupção, guerras, desníveis sociais e econômicos, bem como toda uma gama de comportamentos antiéticos e amorais.

Visto que todas as questões relativas ao comportamento humano são auferidas a partir dos valores e princípios moralmente aceitos, pensamos que, no conjunto de todas as instituições e ambientes de ensino, a escola é uma das que mais influência exerce na formação do comportamento ético do cidadão. Por ser a escola uma instituição que prepara para a vida em todos os aspectos, além de ser um recinto onde convivem crianças e jovens de diversas culturas que podem ser influenciados por ideias que transformam para o bem individual e comum da sociedade, em vista de se participar e viver condignamente pensamos que ela é o lugar ideal para o ensino de princípios e valores.

Assim, nesta pesquisa, objetivamos demonstrar, amparados por vários teóricos da educação, que é necessário incluir no ensino primário de Angola componentes curriculares que tratem da ética e da cidadania, visto que os primeiros anos de vida escolar da criança são fundamentais na formação e preparo para a vida em sociedade, para a satisfação pessoal e profissional do indivíduo que se quer ético, crítico e moralmente capacitado para o exercício da cidadania plena, consciente de seus deveres, direitos e limites.

O resumo das hipóteses levantadas por esta pesquisa é: a ausência de conteúdos sobre comportamentos éticos e cidadãos nos anos iniciais de escolarização constitui um problema com graves consequências para o futuro, sendo por isso mesmo necessário e urgente a inclusão de tais componentes

curricular, quando se pensa na conscientização dos presentes e futuros cidadãos e cidadãs do país para o resgate de valores e comportamentos capazes de transformar os devassados sistemas e instituições sociais do país.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro descreve a localização geográfica e configuração dos reinos pré-coloniais de Angola, suas produções políticas, econômicas e culturais antes da chegada do colonizador português ao território, a vigência do período colonial, suas consequências, bem como os fatores que possibilitaram a independência do território após mais de 500 anos de colonização e exploração imperialista.

O segundo capítulo analisa e descreve as reformas preconizadas no âmbito de todo o sistema de educação angolano desde o período colonial e após a independência, bem como as mudanças nas leis e nas políticas aplicadas ao sistema educacional dos dias atuais.

O terceiro capítulo versa de forma mais teórica sobre a importância do ensino da ética e cidadania em contexto escolar, visando desta forma, a formação geral e qualitativa de profissionais, cidadãos e cidadãs com capacidades e competências intelectuais, de modo que possam trabalhar para a manutenção da democracia, da paz e dos direitos humanos universais, contribuindo assim para um mundo cada vez melhor.

A conclusão retoma os principais achados da pesquisa seguida das referências utilizadas ao longo do texto. Espera-se que este trabalho sirva para inspirar a ação de educadores e educadoras em Angola, com vista à formação cidadã de crianças e adolescentes do nosso país.

2 REINOS PRÉ-COLONIAIS DE ANGOLA

Angola é um país situado no sudoeste do continente africano, mais conhecida como a região austral de África. O país faz fronteira com a República do Congo e a República Democrática do Congo ao norte, com a República da Zâmbia ao leste e com a República da Namíbia ao sul. A oeste, Angola é banhada pelo oceano Atlântico, como ilustrado na figura 1¹. Ao nordeste da Namíbia, fica a fronteira com Botswana.

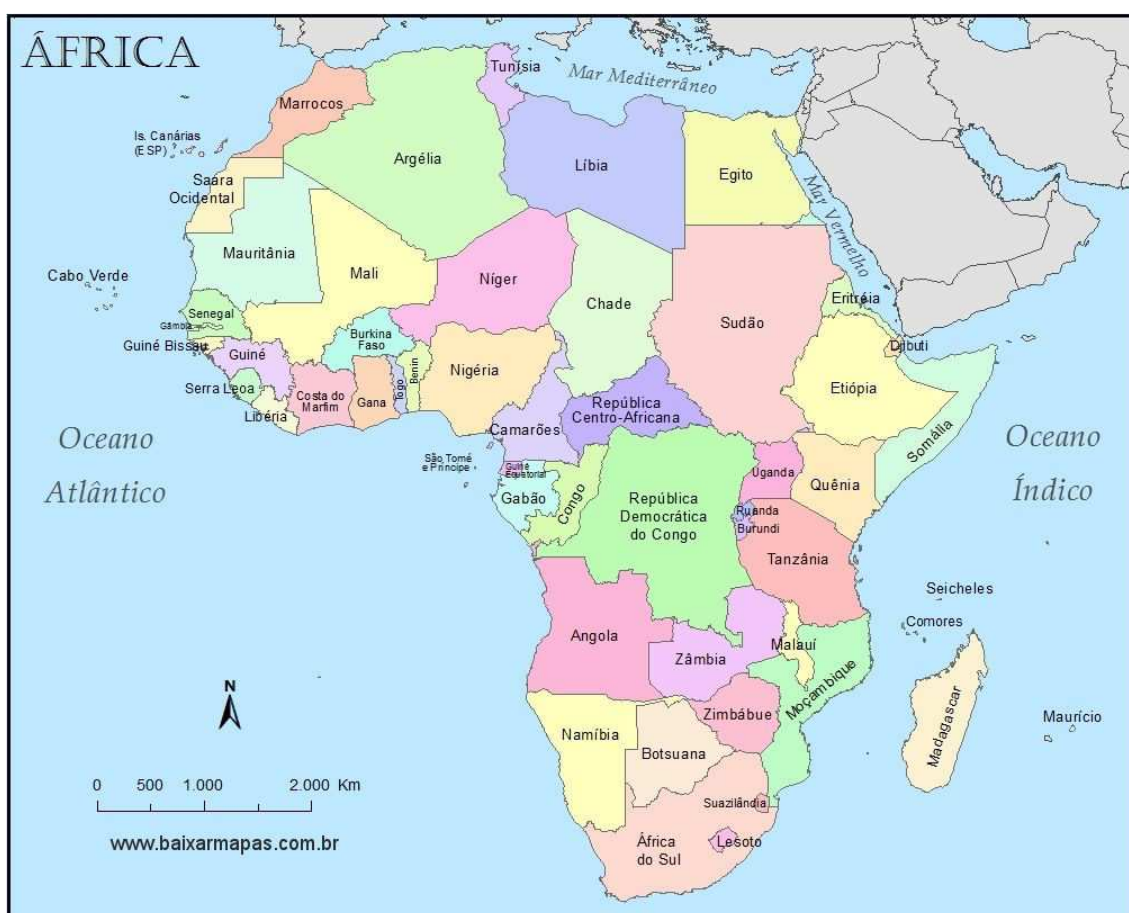


Figura 1: Mapa da localização Geográfica de Angola

O território de Angola está dividido administrativamente em dezoito províncias e suas devidas capitais, a saber: Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo, Luanda (a capital do país), Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Malanje, Lunda-Norte, Lunda-Sul,

¹ Mapa da localização Geográfica de Angola. Fonte: <<http://www.google.com.br/search?q=mapa+da+localizaçã+de+Angola>>.

Benguela, Huambo, Moxico, Cuando-Cubango, Huíla, Cunene, Bié e Namibe, como ilustra o mapa da figura 2².



Figura 2: Mapa Administrativo de Angola

Majoritariamente de origem bantu³, os povos de Angola, à semelhança de outros povos da África, agrupam-se conforme suas etnias que se distinguem pelos

² Mapa Administrativo de Angola. Fonte: <<http://www.google.com.br/search?q=mapa+da+localização+de+Angola>>.

hábitos, costumes, tradições e suas respectivas línguas. As línguas faladas por cada grupo servem apenas para esse grupo, sendo que a maioria delas é totalmente incompreensível a outros grupos. Como veículos de comunicação, as línguas desempenham uma função de extrema importância nas etnias. É através delas que se processa a comunicação e a transmissão de conhecimentos culturais e sociais de cada etnia. Através da língua também se processa a preservação de hábitos e costumes que são passados de geração a geração na jurisdição de cada reino.

Os reinos antigamente atuavam como “instrumento regulador das relações entre autóctones”, porque não havia ainda sido formado na consciência nativa o conceito de nação como uma unidade em torno da qual se processa a identidade e pertença de um povo. Assim encontramos no território que hoje constitui o país, antes da colonização, espalhados pelo território, a existência de um povo denominado “bantu”, agrupamento de povos formado por noventa a cem grupos étnicos distribuídos nos seus respectivos reinos. Dentre eles, destacam-se oito grupos que compõem a maior parte da população angolana como segue: os Bakongo, Bundo (Ambundu), Ovimbundu, Lunda-Tchokué, Ngangela, Nhaneca-Humbe, Ovambu, Herero e Donga⁴.

Estes são os assentamentos populacionais étnicos que se agrupavam segundo as regras linguísticas e culturais através das quais se processavam a vida política, econômica e social do grupo. A configuração linguística e cultural dos grupos assentados em suas localizações no território de Angola deu origem a agrupamentos mais bem definidos que vieram a chamar-se de reinos, conformando os reinos pré-coloniais de Angola. Segundo Neto, os reinos mantinham sua função agregadora e mantenedora de princípios étnicos. Através destes ajuntamentos processava-se a manutenção e desenvolvimento linguístico, a produção dos aspectos culturais bem como a difusão de técnicas artesanais e de comércio⁵.

³ Wilhelm Bleek, linguista alemão, propôs o termo banto em 1856 para se referir a uma “família” de línguas que usavam uma raiz ntu para “pessoa”: muntu, singular, e bantu, plural. HENDERSON, Lawrence W. *A Igreja em Angola*, 200. p. 19.

⁴ HENDERSON, 2001, p. 22.

⁵ NETO, Teresa da Silva. *História da educação e cultura de Angola*, 2014. p. 31 e 41.

2.1 Educação nas sociedades tradicionais de Angola

Diferente dos outros animais com comportamentos fixos, inatos e instintivos, o ser humano necessita cultivar-se para adquirir os comportamentos aceitáveis na sua convivência e para sua subsistência. Trata-se de sua cultura.

Imbamba aponta a cultura como propriedade exclusiva do ser humano, produzida pelo e para o ser humano e sua convivência comum, a fim de dotá-lo de características racionais, estéticas e críticas. Estas características inserem os indivíduos na categoria de seres naturalmente inacabados histórica e culturalmente, necessitando para o seu aprimoramento de uma permanente educação⁶.

Assim, para desenvolver a sua cultura, os bantu de Angola, distribuídos nos seus respectivos reinos segundo suas etnias e tribos⁷, eram educados segundo a oralidade, objetivando o desenvolvimento individual e coletivo bem como a inserção na comunidade de produção e de preservação. Nas tribos, a educação era “dada através do saber tradicional” de forma oral. Os ensinamentos ministrados sempre por um adulto da comunidade ou da família constituíam-se em ferramentas indispensáveis para lidar com a cultura e a tradição. As ferramentas usadas na educação de crianças, jovens e adultos, eram os contos, os provérbios, as histórias, os mitos e os ritos, as lendas, a música e a dança. Além, é claro, da vivência diária nas atividades da comunidade.

A vida transcorria misturada com o ensino e a prática que eram conservados na memória, transmitidos de geração a geração. A educação oral era a forma, a escola através da qual as crianças eram educadas e da qual não escapavam, pois esta escola não se circunscrevia a um lugar geográfico específico. As crianças e os jovens aprendiam no seio familiar com a prática diária, aprendiam no manuseio de instrumentos do campo, na caça e nas manifestações culturais e sociais como nascimento, festas da puberdade, casamentos, óbitos. Aprendiam a hierarquia familiar e política e outras celebrações que fazem parte da vida da comunidade. Nesta escola prática e funcional, a escola da vida, o processo de ensino e

⁶ IMBAMBA, José Manuel. *Uma nova cultura para mulheres e homens novos*, Luanda-Angola: Paulinas, 2010, p. 27 e 28.

⁷ Designa-se por tribo o agrupamento de pessoas que falam a mesma língua, têm os mesmos costumes, tradições e vivem na mesma comunidade, orientadas pelos mesmos líderes. NETO, 2014, p. 83.

aprendizagem não tinha prazo para terminar, perdurava a vida inteira, contanto que capacitava os indivíduos ao saber, ao fazer, ao ser e a conviver⁸.

Podemos ver que, desde os tempos mais antigos e bem antes da dominação e colonização portuguesa, os povos habitantes do território hoje conhecido por Angola já demonstravam a preocupação em ensinar seus membros e descendentes “a serem úteis a si mesmos e a sociedade”, princípio teórico que hoje podemos chamar de “educação ética e cidadã”.

Neto salienta que mesmo não havendo estabelecimentos físicos de ensino, os povos nativos de Angola, através da transmissão oral, educavam e instruíam seus membros ao “compromisso com a vida, a paixão pelo saber e do gosto pelo convívio com o outro”⁹. Assim, neste tipo de educação nativa e originária do povo bantu de Angola, as crianças eram ensinadas a acompanhar os adultos e as adultas nas lavouras e na lida cotidiana.

Para Brandão, neste tipo de educação, mesmo não sendo um “processo formalizado de ensino”, alunos e alunas são todas as crianças que aprendem, mesmo não se tratando de uma escola como estrutura física. Aqui ocorre que a sabedoria acumulada do grupo social desempenha o papel de intermediário do aprendizado¹⁰.

Quer dizer, os meninos aprendiam com os pais e adultos a providenciar a lenha para cozinhar e aquecer a casa, a montar armadilhas para os animais, aprendiam a construir casas e quando atingiam a fase da puberdade eram separados para a cerimônia da circuncisão, educação iniciativa que os qualificava para a vida adulta¹¹.

Do mesmo modo, as meninas seguiam as ações da mãe, tias ou pessoas adultas, no cuidado do lar, na higiene, provisão e confecção de alimento e no preparo de sementes para o cultivo. Assim que surgisse a primeira menstruação, a menina começava a receber instrução sobre a educação sexual e conjugal, isto é, em fórum próprio através dos ritos¹².

⁸ NETO, 2014, p. 83, 84.

⁹ NETO, 2014, p. 84.

¹⁰ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 17.

¹¹ NETO, 2014, p. 85.

¹² KUNDONGENDE, João da Cruz. *Crise e resgate dos valores morais, cívicos e culturais na sociedade angolana*. Huambo- Angola: Ceretec, 2012. p. 55.

Para efetivar o ensino, em quase todas as tribos, a literatura oral era composta de “poetas populares, cantores e oradores religiosos”. Através desta educação, ao longo da vida e por etapas sucessivas de inculcação de tipos de categorias gerais, parciais ou especializadas de saber e habilidades, processava-se a educação¹³.

Os gêneros literários em uso para a didática do ensino nesta sociedade dividiam-se em provérbios, contos e fábulas. Embora existissem várias tribos, as ferramentas e os gêneros literários para o ensino eram convergentes.

Os gêneros literários usados nas tribos eram o meio que conduzia a criança à autonomia, solidariedade, respeito, valor à vida e à tradição. Estes também orientavam a criança ao aprendizado incorporando normas, atitudes e valores da educação tradicional ao seu comportamento. Isto identificava, de fato, a criança como membro, participante, conservador dos valores tradicionais e parte da sociedade tradicional. Dessa forma, os gêneros literários da educação procuravam levar a criança a assimilar os valores da tradição¹⁴.

Deduzimos destes relatos e afirmamos empiricamente que, apesar da ausência institucional e física da estrutura escolar, nas tribos bantu de Angola, antes da colonização, existia uma maneira bem distinta e peculiar de educar, visando inserir, “perpetuar e tornar comum às ideias, os saberes, as crenças e tudo aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida”¹⁵.

Esta perspectiva de educação nos moldes tradicionais das sociedades antigas angolanas insere nosso pensamento na ideia de educação do sociólogo Emile Durkheim que explica:

Sob-regime tribal, a característica essencial da educação reside no fato de ser difusa e administrada indistintamente por todos os elementos do clã. Não há mestres determinados, nem inspetores especiais para a formação da juventude: esses papéis são desempenhados por todos anciãos e pelo conjunto das gerações anteriores.¹⁶

Constata-se assim que, nas sociedades antigas angolanas, as pessoas conviviam umas com as outras mediadas pelo saber obtido pela educação social e cultural, um saber que “flui pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não sabe e

¹³ BRANDÃO, 2007, p. 23.

¹⁴ NETO, 2014, p. 86.

¹⁵ NETO, 2014, p. 84.

¹⁶ Apud BRANDÃO, 2007, p.19.

aprende”. No dia-a-dia da convivência e na interação com os outros membros da comunidade de vida, as crianças aprendiam assim, “guiadas de mais longe ou mais perto pela presença de adultos conhecedores”, imitando suas práticas e ações tiradas de todas as situações de aprendizagem.

Mesmo não havendo princípios, regras e estatutos educacionais escritos, as crianças angolanas das sociedades antigas de Angola, aprendiam na escola da vida com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa¹⁷, uma forma viva e comunitária de ensinar e aprender.

O reconhecimento da existência da instituição escolar nas sociedades e de uma educação destinada a ensinar habilidades essenciais para a sua sobrevivência, fica assim sujeita à existência de princípios éticos e morais capazes de reger a vida e o convívio dos indivíduos nas tribos, condição que, nos dias atuais, equivale aproximadamente, aos pressupostos que a ética atual requer, do ponto de vista da observância de princípios formatadores da convivência salutar e pacífica entre os membros da mesma comunidade de vivência na interação com membros de outras comunidades, pátria e nação.

2.2 Retrospectiva da educação institucional escolar: da Idade Média à época moderna

Desde a antiguidade as sociedades sempre tiveram a preocupação de educar os seus membros. Na história das civilizações, a Grécia Antiga é considerada a primeira sociedade em que emergiu a organização social como a que conhecemos no Ocidente. É da Grécia que surgiram os sofistas, os mestres do ensino da retórica e da oratória, método e técnica que ensinava a arte das palavras na construção de argumentos convincentes na arena política. É na Grécia que o filósofo Sócrates, com o seu método particular, se propunha a ensinar a pensar mais do que a falar.

A partir da Grécia Antiga temos assim, dois grupos de pensadores e filósofos que contribuíram para a valorização da experiência e do conhecimento na aprendizagem de conhecimentos pertinentes e válidos para a educação

¹⁷ BRANDÃO, 2007, p.18.

contemporânea, isto é, o contributo dos sofistas, de Sócrates e outros filósofos que engradeceram o pensamento humano com suas teorias.

A história da humanidade pode ser dividida em três etapas ou épocas: Antiguidade, Idade Média e Época Moderna. Nesse sentido, a Idade Média se caracteriza como a época em que o ensino escolar era de responsabilidade da Igreja Católica. Nesta época, o sistema escolar era controlado e influenciado pela Igreja que ministrava o ensino escolar segundo os dogmas da Igreja; da escola somente participavam os filhos e as filhas da classe privilegiada e da burguesia.

Nesta época e até o século XVII, o ensino destinado ao exercício profissional e à formação moral nos indivíduos era de responsabilidade da família. Cada família providenciava a melhor forma de seus filhos e suas filhas e membros aprenderem para a vida, aprendizado que na maioria dos casos acabava sendo feito na casa de outra família por observação e imitação, nos trabalhos diários exercidos, quer fossem eles profissionais ou domésticos.

Esta condição no nível da educação prevaleceu assim no ocidente até a época das reformas religiosas, entre as quais a Reforma liderada pelo monge Martinho Lutero, o qual é figura principal, como relata Rodrigues: “A Reforma é usualmente definida como um movimento religioso, político e econômico ocorrido na Europa, mais exatamente na Alemanha no século XV e XVI”¹⁸.

A Reforma de Lutero, que de modo geral foi abrangente a todos os setores da sociedade e da Alemanha em particular, incidiu diretamente na educação escolar do mundo inteiro, provocando mudanças na concepção de ensino e da necessidade da educação de todas as pessoas, sejam pobres ou ricas, visto que, pela educação escolar, se exercita a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, e se constitui o processo histórico de cidadania, um processo em permanente construção que tem como efetivação a dignidade humana em seus princípios fundamentais, isto é, a busca por liberdade e igualdade¹⁹.

¹⁸ RODRIGUES, Marcos Antônio, *A Educação em Lutero - um estudo introdutório*. Especialização Lato Sensu em Ministério Pastoral Escolar- Escola Superior de Teologia. Pelotas, 2000, P.7.

¹⁹ HAUSER, Ester Eliana et.al. (Orgs.). *Cidadania e direitos fundamentais: a experiência de extensão*. Cidadania para Todos. Ijuí: Unijuí. 2013, P. 21,

Os princípios educacionais instituídos a partir da Reforma do século XVI ajudaram para a elaboração de novos objetivos para a educação, uma educação inclusiva da responsabilidade do Estado e das famílias, a escola de todos e todas.

Ainda no Ocidente, mais precisamente da França, após a Revolução Francesa (1789), que significou a desintegração da forma de organização feudal e criou as condições para o estabelecimento da sociedade burguesa capitalista, vêm às contribuições educacionais de Marie Jean Nicolas de Caritat, mais conhecido pelo seu título de Marquês de Condorcet.

Condorcet colaborou com suas ideias filosóficas para o estabelecimento das bases doutrinárias do sistema burguês quanto ao projeto educativo liberal republicano, projetos que estão na base do surgimento da institucionalização da educação pública, do estabelecimento de conceitos da história da pedagogia, a base da instrução pública obrigatória, gratuita e laicizada²⁰.

Ao delegar a instrução pública de todos os cidadãos franceses e de todas as cidadãs francesas ao Estado, Condorcet se amparava no entendimento de que: educação assim concebida era um processo vital e contínuo que abraçava todo o ciclo vital do ser humano [...]. Também questionava que as camadas pobres da sociedade não conseguiam conhecer seus direitos, precisamente porque não haviam recebido um mínimo de instrução²¹.

O que vimos até aqui no que tange à escola como instituição vocacionada ao ensino demonstra claramente que a concepção de escola e dos sistemas educacionais da modernidade não foi sempre assim como hoje as conhecemos. Ao longo das épocas, foram feitas várias alterações e transformações quanto aos seus conceitos e privilégios, derivadas em grande parte de contribuições de pensadores e educadores que buscavam, para as suas sociedades, os tipos ideais de categorias gerais educacionais ou até mesmo aquelas consideradas parciais ou especializadas de saber e de habilidades requeridas para o desenvolvimento individual e social.

Os novos pensamentos introduzidos pelos e pelas agentes de transformação acima aludidos e outros mais que não mencionamos aqui, contribuíram em grande

²⁰ Rodriguez, Margarita Victoria. *A origem da escola moderna: o legado de Condorcet*. Acta Scientiarum Education, 2010. p.71. Artigo disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303324733008>>. ISSN2178-5198. Acesso em: 08 fev. 2018.

maneira para a educação da sociedade moderna, primeiramente com a separação da Igreja e da escola, passando então o ensino profissional e intelectual a ser da responsabilidade da instituição escolar.

Feita a dicotomia entre o Estado e a Igreja no que tange à educação, e com a constituição dos Estados Nacionais, o conhecimento passa efetivamente a ser da competência da escola. A escola torna-se assim a única entidade vocacionada para organizar, transmitir, manter a ordem e a disciplina através da ministração de conteúdos acadêmicos, dos quais o professor e a professora é a figura central do processo, em torno do qual se circunscreve todo o saber.

Assim, a instituição escolar veio a efetivar sua real importância na educação e ensino das populações. Com a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, principalmente após a Revolução Industrial do século XVIII e a Revolução Francesa, a escola ganhou cada vez mais importância. A Revolução Industrial está intrinsecamente ligada ao rápido aumento demográfico e urbano bem como à demanda de pessoas qualificadas para o exercício de tarefas intermediadas pelas máquinas, dando surgimento a grande demanda pelo ensino profissional tecnológico visando à produção em grande escala nas fábricas. Quanto às consequências da Revolução Francesa, esta ocasionou o início da derrocada dos sistemas feudais que beneficiava em grande parte a hierarquia de monarcas, aristocratas e membros do clero católico em detrimento da pobreza da maioria da população, proporcionando assim o surgimento do sistema burguês.

Estes são dois grandes acontecimentos históricos, cuja ideologia se espalhou e contagiou as sociedades, estabelecendo para o mundo uma nova política e modos de vida, com influência também para a educação. Pois, juntamente com o crescimento das indústrias e as novas políticas sociais e administrativas, surge também a expansão dos regimes democráticos. Como consequência, começam as reivindicações populares ao acesso escolar para profissionalização. Mais adiante constará nas atribuições dos estados democráticos a educação como o dever do Estado para com o cidadão,²² condição essencial para o trânsito dessas sociedades à modernidade.

²² RODRIGUEZ, Margarita Victoria. *A origem da escola moderna: o legado de Condorcet*. Acta Scientiarum Education, 2010. p. 73. Artigo disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=03324733008>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

Assim, pode-se afirmar que a educação herdada da Idade Média e como a conhecemos trouxe para a modernidade não somente a dicotomia entre o Estado e a Igreja e os outros construtos filosóficos nos mais diversos segmentos da sociedade, como também conferiu autoridade central à figura do professor e da professora no processo educacional ora estabelecido.

Refletindo em torno do modelo centrado na figura do professor e da professora, a autoridade e a hierarquia em torno da qual a educação escolar se processava neste sistema, visto agora pelas lentes da modernidade, chega-se à conclusão de que ele não permitia a participação dos alunos e das alunas no processo de ensino e aprendizagem. Naquele modelo, professores e professoras ensinavam e os alunos e as alunas aprendiam, na repetição e na memorização de conteúdos, sem questionar, uma condição inaceitável no processo de ensino e aprendizagem dos dias atuais.

A censura deste modelo de ensino, bem como os esforços para as devidas mudanças e reformas, surgiu partir do século XVIII, mas só foi concretizada no século XIX por educadoras como Maria Montessori na Europa ou educadores como John Dewey nos Estados Unidos. Estes questionaram o modelo de ensino vigente e elaboraram preceitos que orientam a participação de alunos e alunas no processo de aprendizagem, o reconhecimento da subjetividade de alunos e alunas participantes do processo social histórico de ensino. Com isto, revolucionaram as teorias e as práticas educacionais até então vigentes.

Após várias discussões em torno das metodologias, a atuação de professores e professoras bem como no nível de currículos de cada classe, o processo escolar passou a chamar-se de ensino e aprendizagem, no qual professores e professoras aprendem para ser e os alunos e as alunas aprendem para fazer. Um conceito de educação que se apresenta como “uma das chaves de acesso ao século XXI”, uma educação permanente que responde aos desafios da sociedade contemporânea, sistema educacional que para o seu melhor funcionamento e desenvolvimento se sustenta na base de quatro pilares

fundamentais: aprender a conviver, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a aprender²³.

O ensino escolar assim concebido é também chamado ensino democrático, uma vez que, no processo de ensino/aprendizagem, tanto estudantes quanto professores e professoras aprendem juntos na interação em sala de aula, ao mesmo tempo em que são participantes ativos da elaboração e construção de conhecimentos culturais, intelectuais e profissionais necessários para a vivência ética e atuação cidadã necessária para o relacionamento social saudável.

2.3 Sobre o início da educação institucional escolar em Angola

Angola foi colônia de Portugal por quase 500 anos, história que começa com relatos da época da expansão portuguesa e das grandes descobertas marítimas no século XV. Segundo Neto, o ano de 1415 marca o início da presença portuguesa em solo africano. Nesta data os portugueses conquistaram a região de Ceuta no norte de África e estabeleceram aí o domínio português hasteando a bandeira da vitória. A conquista de Ceutas foi um marco diretório para navegadores e conquistadores que, partindo daí, se embrenharam na busca por outros domínios em territórios africanos²⁴.

Na senda desses acontecimentos, o almirante português Vasco da Gama, em busca do caminho marítimo para a Índia, à procura de especiarias e do suposto império de Prestes João²⁵, navegando pela primeira vez nas águas do Oceano Pacífico, e mais ao norte pelo Oceano Atlântico, deparou-se com vastos territórios africanos habitados, política e economicamente organizados, com sua riqueza populacional e diversidade etnolingüística.

O primeiro contato entre portugueses e africanos angolanos aconteceu em 1482, na foz do rio Zaire, no então Reino do Congo com a chegada do navegador português Diogo Cão. Na sua chegada ao território, sua maior preocupação foi a de estabelecer contatos e firmar relações diplomáticas entre Portugal e o reino do

²³ JACQUES, Delors *et. all.* *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório para UNESCO da comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, Julho de 2010, p.13s.

²⁴ NETO, 2014, p. 51.

²⁵ Os portugueses acreditavam que havia um império cristão nas Índias formado por Prestes João. Este seria o Apóstolo João, discípulo de Jesus. Esta crença se baseava no versículo bíblico de João 21.22-23, interpretado como se o João, o discípulo, não tivesse morrido. NETO, 2014, p. 50.

Congo. Acolhido pelo rei Nzinga Nkuvu que pronta e pacificamente aceitou as ideias diplomáticas, religiosas e comerciais propostas por Diogo Cão, este conseguiu que o Reino do Congo, partindo de sua alta liderança, assimilasse e passasse a divulgar os conceitos políticos e religiosos europeus, tornando-se assim o primeiro reino da região a acolher pacificamente as ideias europeias.

A presença portuguesa no Reino do Congo provocou uma elevada desarticulação naquela sociedade autóctone, com impacto em todos os sistemas que regiam o reino, desde os políticos, sociais até religiosos. A presença do credo católico através dos padres que acompanhavam as expedições e conquistas foi de grande relevância para a mudança nos padrões referentes à religião. As mudanças começaram quando, após rigorosa catequização, o rei Nzinga Nkuvu, sua família e a maioria de seus súditos foram batizados na fé católica e renomeados com nomes europeus. O rei passou a chamar-se D. João I e sua esposa D. Leonor²⁶.

O batismo católico representou para o rei do Congo e seus súditos, o firmar de interesses políticos e comerciais entre o Reino do Congo e o Reino de Portugal representado pelos seus súditos. Esta seria uma aliança que garantiria de aquisição de conhecimentos europeus sobre a fabricação de instrumentos de ferro para o cultivo de terras, principalmente, as armas de fogo, o intercâmbio com o rei de Portugal que concederia ao Reino do Congo vantagens comerciais, experiências de governação, condição fundamental para conquistar e subjugar os reinos ao seu redor.

Com a conversão do rei e a maioria de seus súditos ao catolicismo, o rei do Congo declarou ser obrigatória a fé católica em seus domínios. O rei tornou-se o grande influenciador e disseminador dos princípios religiosos europeus na sua jurisdição, quando reforçava a necessidade de se seguir tais ensinamentos. A construção de lugares de culto e de escolas para catequese dos habitantes do Reino do Congo foi também impulsionada e fomentada por ele mesmo²⁷.

A influência do rei quanto à política e religião do reino teve também grandes impactos na toponímia dos lugares do reino. A capital do Reino do Congo chamava-se “Mbanza Congo”. Influenciado pelos princípios do catolicismo, o rei renomeou a sua capital com nome europeu passando esta a chamar-se “São Salvador”.

²⁶ NETO, 2014, p. 51 e 52.

²⁷ NETO, 2014, p. 53.

Tamanha foi a influência e ajuda que o rei prestou a seus amigos portugueses, tanta a dedicação e afincamento com os interesses dos amigos, que o rei não se deu conta que esses passaram rapidamente de amigos cordiais a invasores e conquistadores, demonstrando com seus atos que vieram para ficar e implantar uma colonização usando dos artifícios da fé católica romana e também da força através do arsenal bélico e militares treinados na metrópole.

Porém, com a morte do rei que os recepcionara amigavelmente no reino do Congo e, com a subida ao trono de um novo rei, o Manicongo Nzinga a Mbemba, começaram os desentendimentos e conflitos entre nativos e portugueses, condição que está na base do declínio das relações amistosas entre Portugal e o Reino do Congo.

Escoaçados do Reino do Congo, os portugueses procuraram por outras paragens. Adentrando o interior do território, os portugueses inauguram uma nova fase nas suas relações embrenhando-se na conquista de outros reinos do território. O próximo reino a ser conquistado foi o Reino do Ndongo liderado pelo rei Ngola Kiluanji, o reino a que os portugueses chamaram de Angola, derivando daí o nome do país²⁸.

Com a conquista e derrocada dos outros reinos espalhados pelo território, os portugueses foram firmando sua presença, estabelecendo seus domínios, implantando a política colonialista amparada em grande medida pela difusão da fé católica, que se tornou uma das principais vias da conquista moral, espiritual e de pilhagem da dignidade de um povo.

Efetivada a conquista de toda a extensão territorial, o processo de colonização, exploração, escravização e anulação dos valores tradicionais nativos foi gradativamente sendo aplicado visando o enriquecimento próprio e da metrópole, em detrimento da miséria do povo que – subjugado - não lhe restou alternativa nem ação contra seus algozes.

A sujeição nativa a que os angolanos foram submetidos quando o colonizador passou a reger o país, suscita questionamentos de como foi possível o

²⁸ CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e traficantes no império português*. Lisboa: A esfera do livro, 2013. P. 81.

colonizador anular e esvaziar o outro ser humano quando este dizia na sua chegada ao território que os angolanos e as angolanas eram seres cristãos como eles²⁹.

As ações levadas a cabo pelos portugueses para a conquista e colonização do território angolano foram tão devastadoras e impactantes que acarretaram prejuízos enormes e diretos nas culturas, costumes, tradições e nos outros sistemas que caracterizavam os reinos que ocupavam o território.

Antes da colonização a identidade étnica dos autóctones bantu localizados no território de Angola era processada e preservada através dos agrupamentos linguísticos, culturais e sociais que constituíam os reinos. Estas culturas eram produtoras de um segmento educacional próprio que foi desagregado na medida em que se deu o encontro das culturas europeias e africanas.

No estabelecimento do processo imperialista colonial, ganhou predominância pela imposição a cultura ocidental, modificando em grande medida a configuração dos valores tradicionais nativos. Procurando amenizar os danos causados na conjuntura estrutural das sociedades nativas angolanas, os portugueses tentaram impingir nos angolanos os nomes da sociedade e cultura portuguesa, procurando assim acabar com todo o vestígio de cultura e de valores tradicionais no território angolano agora sob dominação estrangeira³⁰.

Consolidada a ocupação de todos os reinos e territórios que hoje formam o país, a tarefa de educar e civilizar “as pobres almas selvagens” coube aos padres jesuítas, missionários integrantes da Companhia de Jesus. Protegidos pelo Padroado e pela Propaganda Fide³¹, não só catequizaram os nativos, como também eram os responsáveis pela introdução da escola formal em Angola. Para isso, construíram e abriram escolas onde ensinavam os nativos a ler, a escrever e o ensino religioso que tinha por objetivo principal impor a educação religiosa católica romana, os ideais da cultura ocidental supostamente de validade universal e

²⁹ IMBAMBA, 2010, p. 67.

³⁰ KAKULO, Firmino, MORAIS, Beto de. *Angola: uma história, uma perspectiva*. Luanda- Angola: Escolas Católicas Capuchinhas, 2015. p. 26.

³¹ O Padroado era um tratado celebrado entre a Igreja Católica e o Governo português, o qual atribuía direito e responsabilidade especiais ao Estado pela expansão da fé nos territórios por ele controlado. A Propaganda Fide ou Congregação para a Propagação da Fé estava encarregada da expansão da fé católica em todas as áreas de missão. Este acordo foi instituído pelo Papa Nicolau V, mediante a bula *Romanus Pontifex*, de 08 de janeiro de 1455. HENDERSON, 2001, p. 39.

processar desse modo a aculturação com vistas à submissão e à exploração colonial em todos os níveis.

A pretensão de colonizar, explorar, dividir para melhor reinar era visível na metodologia, no conteúdo de ensino e das aulas ministradas, o que deixava clara a intenção das instituições escolares acadêmicas aí estabelecidas: em primeira instância, tratava-se da conversão ao catolicismo mais do que o cultivo da intelectualidade para a civilização e o desempenho de alguma função; em segundo lugar, a formação de uma elite a serviço da coroa portuguesa. Os não convertidos e não alfabetizados eram discriminados e caracterizados como pagãos.

Neto resume esta ideia da catolização portuguesa no território angolano da seguinte forma:

À medida que iam construindo escolas, eram transmitidos os valores cristãos e a cultura portuguesa. Eram criadas as condições de colonização e abria-se espaço para a ação exploratória da metrópole. Para os portugueses, educar era, portanto, sinônimo de desafricanização. Tanto que para melhor conseguirem seus objetivos induziram e incentivaram os nativos a se desvirtuarem entre si, passando a denominá-los por gentios e pagãos.³²

A atividade educacional jesuítica na colônia de Angola estava atrelada obviamente à educação portuguesa e aos princípios ocidentais de educação. As ações educacionais formuladas para civilizar os nativos de Angola refletiam, em grande parte, o ensino em andamento na metrópole, sem, portanto, albergar em seus conteúdos a qualidade requerida para um desenvolvimento intelectual e social salutar.

Assim, os primórdios da educação formal em Angola, tal como o conhecemos atualmente, é um processo que teve o seu início em simultâneo com o movimento de expansão europeia de descobertas de outros pontos do mundo e a conseqüente ocupação, dominação e civilização nos moldes portugueses, sendo assim necessária a escolarização, primeiro para a difusão do cristianismo e posteriormente a criação de uma elite a serviço dos interesses portugueses, os dominadores do território. Desconsideraram-se premeditadamente as culturas nativas, que foram menosprezadas e, em casos extremos, reprimidas e exterminadas.

³² NETO, 2014, p.133.

O desenrolar dos fatos históricos quanto à presença portuguesa em Angola demonstram três grandes acontecimentos que ocasionaram mudanças na configuração social, política e econômica de Portugal com reflexos nas suas respectivas colônias: a invasão de Portugal pelas tropas francesas, o estabelecimento da República e a abolição da escravatura.

A desavença, a fuga da família real e da coroa portuguesa para o Brasil, o posterior e tardio retorno a Portugal a fim de reatar a liderança do país foram acontecimentos que ocasionaram uma profunda crise política e econômica ao Reino de Portugal, na mesma época em que acontecia na América e na Europa o início dos movimentos abolicionistas, decorrentes em grande parte, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa.

Os posicionamentos contra o trabalho escravo, a humanização e justiça para todos os povos independente da raça ou da cor começaram a ganhar corpo com a aplicação de políticas a favor da liberdade e do trabalho remunerado, inaugurando assim a era do capitalismo industrial.

O mérito desta nova reconfiguração social vai para a Inglaterra que evidenciou grandes esforços a fim de acabar com o comércio, tráfico e tráfico de escravos, assinando com as autoridades portuguesas dois tratados: o tratado de Comércio e Navegação e o de Aliança e Amizade. Segundo estes dois documentos, as partes comprometiam-se com a causa da humanidade e de justiça, bem como, as limitações ao tráfico negreiro³³. Evidentemente, estas leis humanitárias estiveram a serviço dos interesses comerciais e de lucro dos ingleses.

Com a independência do Brasil, um dos principais mercados de venda de escravos trazidos da costa africana pelos negociantes portugueses, e a aprovação do tratado da chamada lei “Bill Aberdeen” em 1845 pelo Parlamento britânico, lei que autorizava a apreensão de navios de transporte de escravos ao longo do Oceano Atlântico, a Inglaterra – um dos países pioneiros do capitalismo – punha em prática vários esforços para a substituição do trabalho escravo pelo trabalho remunerado, visando em primeira instância elevar o número de consumidores para os bens produzidos em grande escala pelas indústrias recém-inauguradas e em busca de

³³ CALDEIRA, 2013, p. 236.

mercado. Outra alegação levava em conta pressupostos humanitários e democráticos, uma visão renovada do sistema político.

O certo é que, a partir de 1836, a pressão externa passou a ser cada vez mais insistente, fazendo a Inglaterra exigir às autoridades portuguesas, que estas não podiam ou ainda não queriam satisfazer. A vigilância dos cruzadores da Marinha Real britânica na zona imediatamente a norte do Equador, particularmente na Costa do Ouro e na baía do Benim, onde o tráfico já era proibido, intensificou-se³⁴.

No entanto, pressão exercida contra os portugueses pela Inglaterra em relação ao tráfico e tráfico de escravos foi preponderante para Portugal avançar na abolição do tráfico negreiro, mesmo contra os interesses dos dirigentes e comerciantes, aqueles que eram a favor da manutenção da escravatura como fonte de lucro e enriquecimento.

A duras penas, no dia 3 de julho de 1842, Portugal e Inglaterra assinam em conjunto um tratado para a completa abolição do tráfico de escravatura. Abolido oficialmente o tráfico de escravos, faltava dar o passo seguinte, tornar ilegal a escravatura que, como mostrou a história, foi um processo moroso e custoso de ser praticado por parte dos colonizadores portugueses.

Deve-se ressaltar que, como prática recorrente de Portugal, mesmo assinando o tratado sobre a abolição da escravatura em todas as formas, esta continuou a ser praticada a revelia por portugueses. A aplicação dos termos que garantiam a liberdade aos escravos foi tardiamente aplicada nas colônias portuguesas, sendo a continuidade da escravidão permitida de forma a garantir sustento para a metrópole.

Logo da vigência da lei contra a abolição da escravatura em Portugal, para a implementação da mesma lei na colônia de Angola, foi para lá enviado, o governador Manuel Bernardo Vidal, entre os anos de 1837-1838, para fazer vigorar a lei sobre a abolição da escravatura. Por ser uma prática que proporcionava alta renda, que sustentava direta ou indiretamente toda a população portuguesa residente em Angola, Vidal foi escorraçado do país³⁵.

³⁴ CALDEIRA, 2013, p. 239.

³⁵ NETO, 2014, p. 66.

Sendo fonte de aquisição de bens e fortunas da maioria da população portuguesa residente em Angola e da coroa portuguesa que realizava o comércio triangular de escravos de Angola para a Europa e da Europa para as Américas, a extinção deste comércio causou profunda perturbação na vida social e econômica da metrópole e de suas respectivas colônias. Estes fatos nada mais demonstram do que a força dos sistemas econômicos sobre as decisões políticas e jurídicas.

3 REFORMAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA DE ENSINO EM ANGOLA

As movimentações institucionais da colônia de Angola, independente da função que ela exercia, dependiam em grande medida das instituições da metrópole, isto é, em todas as suas invenções, movimentações políticas ou sociais. Todas as mudanças que ocorriam em Portugal acabavam também sendo aplicadas em Angola, a província ultramarina de Portugal.

No concernente à educação em Angola, as mudanças passaram a se dar quando – em Portugal – começavam a soprar os ventos intelectuais derivados do iluminismo.

Em Portugal estava a ser contestada a autoridade do ensino escolar levado a cabo pela ordem dos padres jesuítas, o que terminou em reformas educacionais que deram uma nova configuração ao ensino escolar de Portugal. Já na colônia de Angola, imperava o ensino escolar jesuítico com a tão publicada intenção de civilização. Porém, é de ressaltar que, apesar da tão propalada educação civilizatória, esta nunca foi efetivada. Ao contrário, a educação colonial preconizava em primeira instância deslegitimar os valores tradicionais exercidos por várias gerações de nativos.

O conteúdo escolar do ensino colonial como a prática mostrou, apresentava um nível alto de exclusão na medida em que este ensino não incluía o aprendizado dos valores étnicos e morais presentes nas culturas angolanas e no fazer diário dos nativos. Este é um fator que salta à primeira vista em relação à falência do ensino católico: ensinar para evangelizar e não para civilizar, como afirma Neto:

Grande concentração de nativos, considerados ateus pelos portugueses, precisava tornar-se cristã, para aumentar assim o número de servidores da fé católica em Angola. Com esse propósito, deu-se aos nativos a educação colonial jesuítica. Esse duplo objetivo (colonização e catolicismo) tinha como elemento comum a crença no ensino da escritura e da leitura como condição para o conhecimento dos textos do catolicismo.³⁶

Assim, a educação jesuítica, ao invés de participar do processo através do qual o indivíduo é levado a elaborar e desenvolver os aspectos culturais e sociais críticos para o bem individual e também coletivo, conformou um sistema educacional

³⁶ NETO, 2014, p. 136.

que visava em primeira instância “manter os dogmas e crenças da Igreja Católica interrompida pela Reforma Protestante” e, desta maneira, não acrescentava intelectualidade. Os nativos somente adquiriam com este ensino uma nova língua, a língua portuguesa e um novo deus trazido lá do Ocidente para reinar sobre eles³⁷.

Em grande parte, a educação em Angola nos moldes do sistema administrado pelos padres jesuítas foi uma educação que serviu apenas como instrumento de formação dos privilegiados filhos de Portugal residentes em Angola, e de todos aqueles que faziam parte da elite colonial. A escolarização dos nativos não visou à profissionalização e intelectualidade, mas sim apenas à catequização para a submissão e passividade, sendo por isso mesmo, necessária uma intervenção estrutural com maior incidência nos conteúdos acadêmicos ministrados no sistema de ensino da colônia de Angola.

3.1 Reformas educacionais do sistema de ensino de Angola na época colonial

Na colônia de Angola, a educação escolar dirigida pelos jesuítas tutelados pela Igreja Católica vigorou de 1483 até o ano 1791, isto é, durante 308 anos. O fim da vigência do comando dos jesuítas no sistema educacional de Angola está atrelado aos acontecimentos da metrópole, como já descrito, acontecimentos que modificavam também o cenário angolano, enquanto colônia de Portugal.

As reformas educativas modernizantes ocorridas em Portugal levadas a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) – o mesmo que as implantou na época no Brasil colonial com a expulsão dos jesuítas –, preconizavam mudanças na educação quanto ao ensino religioso. Inspirado nas ideias do iluminismo, Pombal impôs a laicização do ensino, delegando o direito de educar os cidadãos e as cidadãs ao governo português e não à Igreja Católica³⁸.

As reformas modernizantes levadas a cabo pelo Marquês de Pombal, após a sua aplicação em Portugal, chegaram também as suas respectivas colônias da qual Angola fazia parte. Assim, instituída a separação entre o Estado e a Igreja no que

³⁷ NETO, 2014, p. 136, 137.

³⁸ NETO, 2014, p.143, 144.

concerne ao ensino educacional, termina em Angola a vigência da educação jesuítica e entra em vigor a educação pombalina³⁹.

As reformas educacionais de Pombal tinham por objetivos inserir na educação portuguesa e suas colônias os pensamentos modernos do iluminismo que negavam a participação da Igreja na formação intelectual dos cidadãos. Para isso, era necessária a introdução de novos conteúdos para as ciências experimentais, tornando assim o ensino mais prático, além de chamar a atenção dos interessados e das interessadas para a carreira acadêmica, diminuindo assim a influência da Igreja que se mostrava avessa aos progressos científicos.

Porém, como ressalta Neto, as reformas pombalinas, que também tinham por objetivo “adaptar a colônia a uma ordem social que se pretendia em Portugal”, logo tiveram seu fim quando subjugadas primeiramente pela instabilidade política, depois pelo estabelecimento da República e pelo início da abolição da escravatura. Estas situações proporcionaram uma rápida reconfiguração das estruturas políticas, econômicas e sociais que tiveram também reflexos em Angola.

Como colônia de Portugal dependente estruturalmente da organização da Metrópole, Angola viveu tempos de total submissão à política de Portugal sem contestar, até porque era impossível qualquer argumentação contra os colonizadores, haja vista a subjugação efetuada pelo sistema colonialista opressor em todos os segmentos da vida das populações do território.

Segundo Neto, a data de 14 de agosto de 1845 ganhou destaque na história da educação de Angola porque neste ano, com o Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar sob comando de Joaquim José Falcão, são organizados e decretados o ensino primário nas colônias, dividido em primeiro e segundo graus, com duas séries cada um. Esta condição foi resultante das ações liberalistas em andamento no ensino primário de Portugal, legislação que foi aplicada também na colônia.

Para a regulamentação do ensino primário nas colônias foram de extrema importância os decretos do ministro Joaquim José Falcão e do governador Rebelo

³⁹ NETO, 2014, p.144, 145.

da Silva, na medida em que possibilitou a inclusão de novos métodos de ensino, a criação de novas escolas e a divisão de níveis de escolaridade⁴⁰.

Ainda na vigência da administração de Falcão, a educação em Angola voltou a receber a influência e participação do catolicismo com a chegada dos padres da Congregação do Espírito Santo, dentro do acordo entre a Coroa portuguesa e o Vaticano sobre a evangelização nas colônias portuguesas, com uma novidade: a participação das igrejas protestantes na educação, o que se constitui num passo importante para a melhoria do ensino em Angola nesse período.

À educação sob a administração de Falcão seguiu-se a educação salazarista no período de 1926 a 1961, quando imperava em Portugal o domínio fascista de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano. Com o retorno da participação católica na educação e tendo lhe sido atribuído oficialmente o papel de educador e de disseminador da língua portuguesa em Angola, a Igreja Católica, através das várias missões estabelecidas no território, protegidas pelo Padroado, pelos acordos de ordens religiosas bem como pelo fascismo de Salazar e Caetano, continuou – através da educação – sendo o braço forte da propagação dos ideais colonialistas, apesar da participação dos missionários protestantes que também se mostravam interessados em educar o nativo de forma integral visando sua participação plena no desenvolvimento da sociedade angolana⁴¹.

Os missionários protestantes que chegaram a Angola no decorrer dos séculos XVIII e XIX abriram escolas missionárias para o ensino aos nativos a semelhança dos católicos portugueses e assim como os primeiros usaram o ensino escolar primeiramente como a mais poderosa arma de cristianização antes de pensar na formação intelectual, cultural e profissional da população⁴².

Porém, a ressalva da importância do ensino escolar proporcionado pelos protestantes em Angola advém do fato que, mesmo estando inseridos no contexto de expansão europeia, estes introduziram o cristianismo protestante num território predominantemente católico, governo responsável pelo sistema colonial imposto a esta parcela da África. Devido à proveniência dos missionários protestantes, que não eram portugueses, e por se mostrarem preocupados em aprender a língua

⁴⁰ NETO, 2014, p. 152.

⁴¹ NETO, 2014, p. 161.

⁴² HENDERSON, 2001, p. 161.

nativa para a compreensão de fatores culturais dos grupos angolanos, os missionários protestantes foram conotados ideologicamente como propagadores de ideias liberais como descreve Neto:

As missões protestantes passaram a preocupar-se com a educação infantil, primária, secundária, normal, bíblica, técnico-rudimentar e profissional. A educação infantil, embora praticada em pequena escala, era bem acolhida pelos nativos. O protestantismo, diferente do catolicismo, não pretendia educar apenas para fé, mas dar expressão aos valores da vida cristã... [...] temas como liberdade, democracia, responsabilidade e êxito começaram a ser discutidos amplamente.⁴³

Porém, tanto a educação escolar católica quanto a protestante se destinavam aos mesmos propósitos: ensinar a ler e a escrever para cristianizar. Os pressupostos intelectuais e de desenvolvimento cognitivo e profissionais dos indivíduos não eram prioridade para as duas escolas, como comenta Henderson:

As escolas da estação são na realidade um ramo da obra de evangelização, tendo como único objetivo «atrair» as crianças e ensinar-lhes as verdades do evangelho e pregar aos que já possuíam conhecimentos da vida cristã para darem a conhecer o evangelho aos outros. É apenas por comodidade de termos que o nosso trabalho de ensinar a ler e a escrever pode ser designado «escola».⁴⁴

Mesmo não se propondo primeiramente a educação escolar tal como ela é, a escola protestante, sendo diferente da católica quanto às ideias religiosas, acabou prestando um grande contributo ao pensamento crítico dos angolanos, à medida que, à luz da Bíblia, prega a igualdade e a liberdade que todos e todas têm em Cristo, chegando mesmo a formar homens e mulheres que se tornaram destacados líderes no movimento de luta contra a colonização de Angola. A título de exemplo, citamos aqui os nomes de três principais líderes dos movimentos políticos que preconizaram a independência de Angola como segue: Holden Roberto, Jonas Savimbi, Agostinho Neto. Estes e outras lideranças também de mulheres foram influenciadas por intermédio da formação acadêmica nas escolas missionárias protestantes.

Na década de 1950, ainda na vigência do período colonial, cresceu o número de crianças nativas no sistema escolar, tanto nas escolas oficiais e públicas, quanto nos estabelecimentos missionários. As escolas custeadas pelo governo português, chamadas por isso de públicas, e as organizações missionárias

⁴³ HENDERSON, 2001, p. 164-165.

⁴⁴ HENDERSON, 2001, p. 165.

protestantes também contribuíram de uma forma ou outra na formação cultural e educacional dos povos de Angola, especialmente no que tange à profissionalização, apesar de estarem inseridas no contexto da expansão europeia que culminou não só com a conquista do território e sua população, mas também nos malefícios da degradação da condição humana resultante da exploração, tráfico e tráfico de escravos.

O período de 1961 a 1974 é marcado pelo começo do fim da vigência do sistema colonial português na África como um todo e, particularmente, em Angola. Esta época é marcada pelo início de movimentos nacionalistas que lutaram para a autonomia e independência política de Angola. Os movimentos nacionalistas para a libertação começaram quando, diante de tamanha e tão longa opressão colonial, os nativos tomaram consciência e se posicionaram diante da pilhagem moral e material a que estavam sujeitos em seu próprio território, a herança de seus ancestrais.

O despertar de nacionalistas contra o sistema colonial instalado em África e em Angola, surge em decorrência do estado precário de miséria estrutural, econômica e intelectual que se vivia nas colônias portuguesas como é o caso de Angola e Moçambique. Apesar da disseminação do sistema educacional, as assimetrias eram visíveis na medida em que o governo português dividiu intelectualmente a população, criando a classe das pessoas mais privilegiadas, o que ocasionou o surgimento de preconceitos entre os angolanos e as angolanas, relacionados aos valores culturais africanos que eram supostamente inferiores aos valores ocidentais transmitidos pela educação portuguesa.

A baixa qualidade de educação dada aos nativos em nível primário só enaltecia a superioridade da raça e da cultura portuguesa. O contexto da política e educação colonial na colônia de Angola criou dentre os nativos um sistema de indígenas e de assimilados. Os assimilados seriam aquelas pessoas negras que tiveram uma educação melhor e que passavam por isso a ser racialmente negras, mas social e culturalmente portuguesas devido ao seu nível de aculturação e assimilação de hábitos e costumes ocidentais⁴⁵, e os indígenas eram todos os que não estudavam e nem sabiam falar a língua portuguesa.

⁴⁵ HENDERSON, 2001, p. 173.

Assim, para se combater toda esta situação constrangedora imposta sobre os povos angolanos e, almejando libertar-se das amarras da colonização e suas consequências, foram criados por toda a África movimentos de libertação que lutaram pela descolonização. Estes movimentos iniciaram entre os anos de 1950 a 1960 e se tornaram a marca da oposição colonial dos próprios filhos e das próprias filhas da África.

Como resultado desta movimentação histórica africana contra os colonizadores, foram criados em Angola três principais movimentos de guerrilha contra a colonização e a favor da independência: o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) liderado por Antônio Agostinho Neto, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) liderado por Jonas Malheiro Savimbi e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) dirigida por Álvaro Holden Roberto.

Estes três movimentos de guerrilha, dirigidos por jovens angolanos, desempenharam um papel de destaque na luta contra o jugo colonial e a descolonização, que culminou com a proclamação da independência no dia 11 de novembro de 1975, elevando o território nacional a um país livre e soberano, dando assim início a uma nova era na história da educação e cultura de Angola.

Sobre este acontecimento histórico de elevada relevância para a história de Angola como nação, Neto narra o seguinte:

Esta foi uma guerra entre oprimidos e opressores, entre escravizados e escravagistas que os nativos empreenderam contra o colonizador português em seu território, com objetivos político-econômicos, sociais e culturais para a autodeterminação, para garantia do direito à existência como Estado livre e soberano, para total liquidação das estruturas político-sociais coloniais.⁴⁶

Com a intensificação da ação dos militantes dos movimentos nacionalistas que lutavam pela independência de Angola, o governo português encerrou as atividades escolares nos anos de 1960 e transformou as escolas em quartéis para os militantes portugueses na tentativa desesperada de fazer uma contenção aos nativos revoltosos⁴⁷.

Fracassadas as tentativas imperialistas portuguesas de impedir pela via da opressão a libertação do jugo colonial imposto sobre os angolanos por mais de 500

⁴⁶ NETO, 2014, p. 187.

⁴⁷ NETO, 2014, p. 173.

anos, após várias tentativas e forte resistência preconizada pelos filhos e filhas de Angola, finalmente, a independência política do país foi decretada a 11 de novembro de 1975.

Nascia assim a República de Angola, um estado livre e soberano, dirigido pelos filhos e filhas da pátria, não sem anos de luta, sofrimento e muitas mortes, como ocorre em todas as lutas de libertação na história.

3.2 Reformas do sistema de ensino em Angola após a independência

Após a independência, o que restou da colonização foram estruturas danificadas, um sistema de educação precário e ineficiente na medida em que permitia somente um número limitado de acesso ao ensino. Havia ainda a falta de professores e professoras bem treinados e qualificados para reestruturar e readaptar o ensino à nova realidade. As estatísticas indicavam um terço da população adulta analfabeta, dois terços da população em idade escolar fora do sistema de ensino e a falta de materiais básicos para o funcionamento escolar.

Preconizando igualdade de acesso ao sistema escolar e gratuidade de ensino para todas as pessoas, foi realizada em 1977 a primeira reforma educacional que descartou o deplorável sistema herdado do colonialismo português composto de vários aspectos educacionais excludentes e marginais⁴⁸.

Esta primeira reforma visava estabelecer em toda a nação, com urgência, novas metas e metodologias para crianças e adultos que incluíam a alfabetização, capacitação e formação de docentes, a construção de mais infraestruturas e ensino gratuito para todas as pessoas, dando prioridade à instrução primária de crianças com maior ênfase para a alfabetização das mesmas. Esta preocupação surgiu como resposta aos dados do censo que indicavam a existência de dois terços da população em idade escolar fora do sistema escolar. Desta população, a maioria era constituída de crianças nos seus anos iniciais de escolarização⁴⁹.

Esta urgente preocupação com a educação e cultura do povo angolano levou os dirigentes do país e responsáveis da área do ensino em particular a traçar planos que possibilitavam dar uma maior cobertura escolar a todos os níveis e

⁴⁸ Reforma Curricular / INIDE / 2003, p. 2.

⁴⁹ NETO, 2014, p. 201.

subsistemas de ensino, bem como a preocupação com o recrutamento e a formação de professores e professoras, almejando com estas metas o combate ao analfabetismo e a elevação da qualidade de ensino em Angola, recuperando o tempo que a população perdeu durante a guerra⁵⁰.

O sucesso desta empreitada efetuada sob condições precárias só foi possível graças aos esforços conjuntos de todas as pessoas do país envolvidas nessa luta, mas também pela ajuda externa que o governo angolano recebeu de Cuba com o envio de professores e professoras que lecionavam no ensino secundário, médio e no ensino superior. A solidariedade de Cuba teve um forte impacto na formação de técnicos e especialistas de nível médio para a formação de operários angolanos. Angola contou também com a cooperação de países do antigo leste europeu como a ex-União Soviética, Bulgária, Hungria, ex-República Democrática Alemã e outros.

Os professores nativos e estrangeiros, em vários níveis de ensino, tinham em comum o objetivo de em curto prazo diminuir a taxa do analfabetismo, elevar o nível cultural e técnico da população. Para tornar possível tal pretensão, todos os lugares e espaços eram utilizados e transformados em sala de aula. Foram usadas unidades militares, fábricas, cooperativas agrícolas, igrejas e todos os lugares na cidade ou nos bairros em que houvesse um espaço para albergar gente para aprender, projetando dessa maneira melhores condições para as novas gerações de angolanos num país livre e em franco crescimento⁵¹. Pode-se imaginar o enorme esforço empreendido naqueles anos e quanta criatividade emergiu naquela situação.

Juntamente com a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, o governo aprovou em nove de maio de 1987, a resolução que regulamenta o ensino das línguas nacionais, demonstrando a importância das línguas nativas na propagação da herança cultural e histórica, um meio de preservação e promoção dos povos de Angola, como bem comenta Neto:

Em decorrência do decreto sobre a regulamentação do ensino das línguas nacionais, foi criado o Instituto Nacional de Línguas, em 1987, órgão sob o qual recai a responsabilidade da criação de alfabetos destinados às línguas

⁵⁰ KAKULO, MORAIS, 2015, p. 126, 127.

⁵¹ NETO, 2014, p. 202.

nacionais sem escrita, da divulgação e manutenção das línguas faladas no território nacional.⁵²

Apesar de a Língua Portuguesa ter sido adotada como língua veicular, hoje em Angola falam-se livremente as línguas nacionais, que são ensinadas nas escolas, transmitidas nos canais televisivos e radiofônicos, representadas institucionalmente pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo Instituto Nacional de Línguas.

Atualmente em Angola utilizam-se como veículo de comunicação, além do português, outras oito línguas que são faladas em todo o território nacional. Estas línguas são: umbundu, quimbundu, kikongo, tchokwe, ngangela, cuanhama e nyaneka-humbi. Estas são as línguas faladas pelos grupos étnicos que formam a maioria da população angolana. Porém, ressaltamos que existem em Angola, outros grupos etnolingüísticos compostos de um número considerável de falantes, cuja grafia ainda se encontra em estudo pelos órgãos de tutela e de preservação das línguas nacionais angolanas.

Estas iniciativas oficiais desempenham um papel preponderante no incentivo, manutenção e preservação das línguas nacionais, bem como no resgate de valores culturais e éticos, característicos das populações africanas e angolanas em particular, além da manutenção dos aspectos relevantes das línguas e das culturas angolanas na modernidade.

A segunda reforma educativa aconteceu no ano de 2001. Após a troca de sistema em nível do governo que, de sistema político monopartidário, passou para o sistema multipartidário, houve um processo de transição que decorreu de 1990 a 1992, com transformações políticas que refletiram em todos os setores da sociedade, com destaque para a economia e educação, sendo por isso necessárias profundas alterações na Lei Constitucional do país, lei que preside e organiza a vida política, econômica e social do Estado atualmente.

Neste contexto, após verificação acurada dos pressupostos legais da correção e da implementação de novas ações, foi aprovada pela Assembleia Nacional da República de Angola, a Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01 de 31 de dezembro 2001)⁵³, que integra ao Ensino Geral o subsistema de

⁵² NETO, 2014, p. 203.

⁵³ Reforma Curricular / INIDE/ 2003, p. 3 e 4.

educação pré-escolar, do ensino geral, técnico e profissional, formação de professores e professoras, educação de adultos e subsistema do ensino superior⁵⁴.

3.3 Mudanças na lei e nos currículos para o ensino escolar angolano

O Diário da República, órgão oficial da República de Angola, é um documento editado pela Assembleia Nacional. A Lei n° 17/16 estabelece a legislação de Bases do Sistema de Educação e Ensino, o objeto legal que contempla os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e ensino no país atualmente e preconiza mudanças e uma nova configuração do ensino nacional⁵⁵. Esta lei é a modificação que revoga a lei elaborada na primeira reforma de 1977.

A Lei 13/2001 permitiu acrescentar ao sistema de ensino outros subsistemas de outros setores da vida nacional, mudanças que propuseram em primeira instância dar maior visibilidade às políticas de desenvolvimento de planos e estratégias que garantem maior abrangência e visibilidade do país no contexto de educação na região, a aplicação das políticas públicas e dos programas nacionais e o crescimento econômico e social do país em todas as dimensões.

Este documento assegura educação e aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas nos mais variados níveis, com qualidade e excelência que se requer para um desenvolvimento científico, tecnológico e uma aprendizagem de forma efetiva.

O artigo 2º, sobre a educação e o sistema de educação e ensino, preconiza que: a educação é um processo planificado que acompanha de maneira sistematizada a aprendizagem dos indivíduos que se preparam de forma integral, de maneira a atender as exigências da vida individual e coletiva dos cidadãos e cidadãs, um processo que visa desenvolver no indivíduo aptidão de enfrentar os principais desafios da convivência social, viver em paz e harmonia com o meio ambiente, a promoção dos direitos da pessoa humana e condiciona o desenvolvimento tecnológico econômico, social e cultural do país de forma harmoniosa para a construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso social.

⁵⁴ Reforma Curricular / INIDE / 2003, p. 4.

⁵⁵ DIÁRIO DA REPÚBLICA. Órgão oficial da república de Angola, 07/10/2016. p.3994. Disponível em: <www.diario-da-republica.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2018.

É uma lei que se aplica a todos os subsistemas que englobam o sistema de ensino, quer sejam públicos ou privados em todo o território nacional, fazendo-se reger pelos princípios legais da integralidade e de laicidade (Artigo 5º), integralidade, gratuidade e obrigatoriedade que traduz o dever do Estado, da sociedade, das famílias e das empresas de assegurar o ingresso e permanência de todos os indivíduos em idade escolar no sistema de ensino (Artigos 11º e 12º), além de estabelecer o ensino ministrado em todos os níveis em português (Artigo 16º). Estas condições são aplicáveis a todos os setores e níveis do sistema de ensino de Angola, condições que têm em perspectiva a promoção dos valores morais, cívicos e patrióticos requeridos num estado democrático e de direito.

O artigo 25º sobre os objetivos gerais do subsistema de ensino geral, nas alíneas a e b, explica os objetos do ensino geral como sendo:

Assegurar uma formação harmoniosa e integral de qualidade que permita o desenvolvimento das capacidades intelectuais, laborais, artísticas, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas, bem como educar as crianças, jovens e cidadãos adultos para adquirirem hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao seu desenvolvimento.⁵⁶

Quanto ao ensino primário, o documento estabelece diretrizes sobre sua organização no artigo 28º conforme consta: “O ensino primário é composto por três ciclos de aprendizagem, sendo duas classes para cada ciclo. O primeiro ciclo começa com a 1ª e 2ª. O segundo ciclo abrange a 3ª e a 4ª e o último ciclo do ensino primário começa na 5ª classe e encerra o ciclo com a 6ª classe”. Em todos estes níveis, a avaliação final para cada ciclo se dá somente na segunda classe do ciclo. O ensino primário se propõe a formar crianças dos seis aos onze anos de idade, caso não haja reprovação ou desistência.

O ensino primário tem por objetivo proporcionar à criança o domínio do alfabeto, habilidades como a leitura, escrita, o cálculo matemático e a comunicação oral. Visa também ao desenvolvimento de capacidades e atitudes sociais e de boa convivência, os valores patrióticos, laborais, cívicos, culturais e a expressão motora através da prática desportiva, conforme descrito nas alíneas a, b, c, d, e, f do artigo 29º.

⁵⁶ DIÁRIO DA REPÚBLICA. Órgão oficial da república de Angola, 07/10/2016. p.3996. Disponível em: <www.diario-da-republica.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2018.

Em síntese, a Lei de Diretrizes e Bases do Sistema de educação e ensino de Angola fornece para os legisladores o fundamento para o ensino da ética visando ao desenvolvimento de princípios de cidadania em todos os níveis de educação, a começar nos primeiros ciclos de ensino escolar com as crianças, tendo em vista proporcionar desde a tenra idade os comportamentos de boa convivência e responsabilidades com tudo que aponta para um relacionamento comunitário e social salutar.

Após a independência política em 1974, o país começa a viver um novo momento, um novo começo, o surgimento de uma política de cunho totalmente nacional, construída e elaborada pelos angolanos visando a acabar com as fissuras e assimetrias herdadas do sistema colonial, não só no nível da política, mas também em todos os setores da vida do país⁵⁷.

O bom andamento das estruturas agora nacionalizadas necessitava urgentemente de reabilitação e reforma. As modificações e adaptações realizadas em todos os setores da vida do país, incluindo o sistema educacional, preconizavam um rápido desenvolvimento em todos os níveis.

No tocante à educação em todos os níveis, as reformas realizadas após a independência visavam a adequar o ensino à realidade e às necessidades da população, que almejava por sua vez uma educação eficaz e abrangente para atuar num país que acabava de nascer e que precisava, portanto, da ajuda de todas as pessoas envolvidas no processo de transformação e edificação.

As reformas assim preconizadas passavam também por aumentar o investimento na qualidade de ensino com a formação de profissionais qualificados, o aumento de acessos ao sistema de ensino e a construção de novas infraestruturas, para atender à demanda crescente dos alunos e das alunas, para desta forma acabar com as assimetrias no ensino e a redução dos níveis estatísticos da população analfabeta.

Sobre esta reforma na educação em Angola, Neto afirma que este plano educativo foi aprovado pela primeira vez em 1977, passando depois por diferentes reformas e adaptações. O governo desenvolveu o novo sistema de educação e

⁵⁷ NETO, 2014, p. 50.

ensino com as seguintes características prioritárias: uma maior oportunidade de acesso à educação; continuidade de estudos e gratuidade do ensino⁵⁸.

Desta forma, a construção de mais infraestruturas para os vários níveis de ensino, o aumento de vagas para o ingresso de alunos e alunas no sistema e a formação de um corpo docente capacitado e qualificado de ensino foram consequências desta nova reestruturação e aplicação de novas políticas públicas num Estado que renascia rumo ao desenvolvimento.

Para tanto, o governo de Angola contou com a ajuda de seus parceiros e cooperadores internacionais na formação de professores e professoras, bem como no ensino em várias áreas e níveis, como afirmado acima. Professores, professoras e profissionais cubanos, soviéticos e de outras nacionalidades contribuíram em grande medida na área do ensino, saúde, agricultura, na área militar e outras mais⁵⁹, não sem as tensões próprias das diferenças culturais e sociopolíticas que os caracterizava como “os novos colonizadores de Angola”, devido aos estereótipos criados, aquando da presença colonial portuguesa em Angola.

Assim, é possível afirmar que com a independência começou uma era diferente no que tange ao ensino em Angola, um ensino que visava a elevar o conhecimento da população com qualidade e maior abrangência. Com o crescimento e desenvolvimento do país em todas as áreas foram realizadas outras reformas no sistema de ensino a fim de adequar e programar políticas educativas que procuraram aproximar o nível educacional de Angola aos melhores sistemas educacionais regionais e mundiais. As reformas realizadas no sistema de ensino visam a se adequar não só às necessidades regionais, mas se equiparar a outros sistemas da região e acompanhar a evolução de ideias globais, e isto passava também não só pela aplicação de políticas, mas também na elaboração de currículos adequados para cada nível de ensino.

As aplicações das políticas ora elaboradas e aplicadas por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases possibilitaram para o sistema de ensino geral em Angola a elaboração de um novo currículo e conteúdos para todo ensino no país. O ensino primário ficou assim constituído: começa com a 1ª classe e vai até a 6ª classe.

⁵⁸ NETO, 2014, p. 201.

⁵⁹ Todos os estrangeiros não eram bem vistos pela população. A aceitação deles deriva da necessidade de formação e ajuda em resposta as consequências da colonização e da guerra civil.

Quanto ao ensino secundário, ficou composto de dois ciclos com a duração de três anos cada um, conforme estatuído na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino.

Juntamente com as reformas realizadas no sistema de ensino, foram também realizadas reformas curriculares que adequaram as disciplinas às necessidades educacionais da sociedade. As intenções pedagógicas refletidas no currículo do ensino primário demonstram a necessidade de um ensino que seja capaz de atender às demandas educacionais e garantir a homogeneidade dos conteúdos programáticos. Para tornar efetivo o sucesso dos pressupostos educacionais almejados, foram escolhidas dez disciplinas fundamentais, distribuídas nos referidos níveis, como segue: língua portuguesa, ciências da natureza, estudo do meio, matemática, história, geografia, educação moral e cívica, educação manual e politécnica e educação física⁶⁰.

Desta forma, é possível perceber que o currículo do ensino primário omite componentes sobre a ética nas quatro primeiras classes do ensino primário como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases, onde a disciplina sobre educação moral e cívica só é aplicada no ensino primário a partir da quinta classe.

Para modificar este quadro e quando se almejam mudanças no quadro atual da educação em Angola, quando se busca o desenvolvimento de jovens e das novas gerações da sociedade, é necessário elaborar um conjunto de reflexões filosóficas sobre a educação e seus objetivos, de maneira a se encontrar os caminhos sobre como deve ser, qual tipo de desenvolvimento a sociedade requer para seus presentes e futuros cidadãos e cidadãs⁶¹.

É refletindo sobre ações pedagógicas que contribuem para uma educação com altos níveis de consciência que se considera a ética como um componente curricular pertinente no ensino escolar de crianças do ensino primário de Angola. Como afirma Luckesi:

Filosofia e Educação são dois fenômenos que estão presentes em todas as sociedades. Uma como interpretação teórica das aspirações, desejos e

⁶⁰ Reforma Curricular/INIDE/2003, p.11.

⁶¹ LUCKESI, Carlos Cipriano. *Filosofia da educação*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 46.

anseios de um grupo humano, a outra como instrumento de veiculação dessa interpretação.⁶²

Existem motivos suficientes para se pensar em ética na educação angolana. O quadro atual em que o país vive mostra claramente a necessidade de ações educativas conscientes, refletivas e críticas que se constituam em um fio condutor pelo qual legisladores, profissionais da educação e estudantes possam nortear suas ações.

Estas ações necessitam ser guiadas tendo como figura central do processamento “os conceitos e valores explícitos” não só dos aspectos culturais, mas, a partir de uma visão abrangente do mundo, também do objetivo para o qual a educação se propõe que é a transformação consciente do ser humano.

A ética como componente curricular aplicada ao ensino primário pode muito bem ser compreendida e assimilada por crianças em todas as fases da vida, considerando que, nos anos iniciais de escolarização, as crianças já se apresentam com a capacidade intelectual, cognitiva e psicológica para assimilação adequada de conteúdos éticos. E como o ensino da ética diz respeito à vida e tem a ver com ser, estar e fazer, ele se mostra imprescindível e indispensável em todos os meios, quer seja familiar, social ou escolar onde se tratam dos procedimentos normativos em construção e que se requer como fundamentos do proceder humano⁶³.

O ensino sobre a vida e todos os acontecimentos que a caracterizam, os ensinamentos que começam em casa no seio familiar devem continuar também em ambiente escolar e em todos os espaços onde a criança entra em contato com outros indivíduos provenientes de outros ambientes.

A escola é assim o espaço e contexto em que a criança aprende e interage com colegas, sendo necessário haver neste ambiente um ensino e aprendizagem sobre o conhecimento que diz respeito aos comportamentos⁶⁴.

Na escola, os ensinamentos e princípios aprendidos em casa são nivelados e organizados, mediados por pressupostos pedagógicos de elementos abrangentes e universais, a fim de alargar a compreensão dos valores e juízos normativos que se requer, como a tolerância, o respeito pela diversidade, pelo bem comum, o cuidado

⁶² LUCKESI, 2011, p.46.

⁶³ POL DROIT, Roger. *Ética uma primeira conversa*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 15.

⁶⁴ POL DROIT, 2012, p.15.

com outras crianças, comportamentos que mais tarde serão fundamentais para o exercício profissional e social.

Desta forma, a escola desempenha o seu papel integral, quando ensina ética, os princípios e direitos cidadãos, sobre as regras de boa convivência, visando preparar o indivíduo para a autonomia no fazer, no ser e no conviver sem atritos com o próximo, respeitando o outro no que é diferente, concordando quando necessário, no que é fundamental.

Esta formação, aquela dos primeiros anos de vida escolar da criança, será fundamental na formação de futuros adultos que sejam íntegros, responsáveis e críticos, socialmente participantes de todos os setores da vida do país e da sociedade.

Compreendida como uma das instituições vocacionadas a formar para a prática social e desenvolvimento da pessoa humana, a educação escolar ocupa um lugar central na produção de agentes culturais, cidadãos e cidadãs que se apossam de seus direitos na participação ativa, crítica e construtiva de suas sociedades, transformando-as segundo as exigências da sociedade na qual se inserem⁶⁵.

A escola como ambiente de convivência de diferentes atores e atrizes sociais é uma das instituições que oportuniza o ensino consciente de todo o comportamento, seja ele moral ou ético, desde que enriqueça o fazer humano na sociedade.

A educação escolar, assim concebida, atua sobre a vida e o crescimento da sociedade no desenvolvimento de seus intelectuais e de seus valores culturais, aqueles que visam a união de todos os membros em torno dos símbolos que os identificam ao meio no qual se encontram inseridos⁶⁶.

Conforme defendemos nesta pesquisa, entendemos que a ética é assim fundamental no ensino de crianças, a partir dos primeiros anos da vida escolar, com vistas à formação desde cedo de uma mente crítica analítica, capaz de elaborar para si e para os outros as boas regras de convivência e de paz.

Considerando que a trajetória do país e todas as lutas enfrentadas, aliada à nova vivência no Estado Democrático, no entanto, ainda se carece – para a sua

⁶⁵ BRANDÃO, 2007, p. 73, 74.

⁶⁶ BRANDÃO, 2007, p. 74, 75.

vivência e manutenção – da observância de princípios éticos socialmente aceitos e que podem ser úteis para o indivíduo e seus pares no exercício da cidadania, tanto mais quando se presencia em todas as sociedades o crescimento de comportamentos intolerantes e discriminatórios que em nada abonam para uma vivência digna e salutar, requeridas na modernidade.

3.4 Situação atual do ensino escolar em Angola

A segunda reforma do sistema de educação, aprovada pela Assembleia Nacional de Angola, no ano de 2001 como “Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino” e a consequente adequação de currículos para o sistema e os subsistemas de educação, surge como resposta ao quadro deplorável a que o país estava mergulhado resultante de vários fatores sociais e econômicos, mas principalmente pelos efeitos devastadores da guerra que produziu inúmeros estragos. Como resultado, a população encurralada lutando em primeiro lugar pela sobrevivência, não teve a educação escolar como prioridade, advindo desta condição o relato do quadro que se segue:

Em 1992 estimava-se que o número de crianças em idade pré-escolar ultrapassava dois milhões. Deste número, somente 1% de crianças tinham possibilidades de acessar o sistema escolar. No ano de 1994/1995 os contadores demográficos mostram que do universo de 4.290.000 da população em idade escolar, isto é, dos 6 aos 14 anos, 2.020.442, isto é, 41,3% encontravam-se sem possibilidades e nem condições de acessar a rede escolar, criando-se assim o risco de oportunar o analfabetismo. No ano de 1996 as estimativas indicavam que a taxa de analfabetismo na população angolana era de 60%, dentre os quais 2,5 milhões eram mulheres.⁶⁷

É neste quadro deveras adverso e preocupante que se iniciam os projetos para uma urgente reforma do sistema de educação. Esta segunda reforma educacional após a independência produziu como resultado mudanças na nova estruturação do sistema e subsistemas de ensino, bem como uma nova organização curricular, visando assim a uma ação pedagógica com impactos diretos na formação integral dos e das estudantes de todos os níveis de ensino.

Como estratégias nacionais de desenvolvimento e das políticas afirmativas governamentais para o campo da educação, a Lei de Bases do Sistema de Ensino reitera os princípios da legalidade, da laicidade, da democraticidade, da gratuidade e

⁶⁷ Reforma Curricular/INIDE/2003, p. 3.

obrigatoriedade, um serviço educacional de todos e todas, para todos e todas com vistas à formação de indivíduos capazes de prestar à sociedade um serviço de qualidade, ao mesmo tempo em que, criticamente, se vai promovendo os valores morais, éticos, cívicos e patrióticos⁶⁸.

Deste modo, a educação escolar de crianças e adultos da sociedade angolana, é de responsabilidade primeira do Estado que, para a complementação de seus serviços, pode contar com o apoio de associações e organizações comunitárias, instituições militares e religiosas e outras devidamente autorizadas para o exercício da prática educacional.

Com o efetivar-se da paz e da liberdade de circulação em território nacional, sem medo das minas terrestres e dos tiros dos canhões que outrora causaram pavor e estremecimento, cientes da necessidade de dar maior cobertura escolar, abrangendo as áreas mais recônditas do país, no ano de 2005, o Ministério da Educação de Angola traçou e realizou ações concretas para acabar com as assimetrias no que tange à educação, recrutando e formando professores e professoras para todos os níveis de subsistemas de educação, abrindo uma grande frente na recuperação do tempo perdido e na luta contra o analfabetismo⁶⁹.

É de se ressaltar, porém, que, mesmo tendo realizado grandes esforços antevendo mudanças no quadro caótico em que o país vivia mergulhado, a realidade tem mostrado a ineficácia das políticas e estratégias preconizadas pelo Estado angolano, visto que o acesso à educação estatal gratuita continua a ser um grande problema.

As políticas e os currículos são os mesmos para todos e todas, porém, as oportunidades não são iguais para as pessoas. A maioria da população, que se constata menos desfavorecida, só consegue acessar o deficiente e mutilador ensino estatal. O ensino de qualidade é para os que economicamente conseguem pagar a formação dos seus no exterior e dos que dão conta de se formarem nas escolas estrangeiras presentes no país, estas que cobram preços exorbitantes.

Ligada a esta questão, verifica-se em Angola a falta de infraestruturas para o ensino, e não é por falta de recursos, visto que Angola é um dos países africanos

⁶⁸ DIÁRIO DA REPÚBLICA, I série n. 170, p. 3994, 3995.

⁶⁹ KAKULO e MORAIS, 2015, p. 127.

que produz petróleo, extrai e vende diamantes e outros minérios valiosos que fazem a riqueza de uma pequena elite em detrimento da miséria da população.

Nestes anos de independência e agora os quase 15 anos de paz, o investimento em novas estruturas educacionais é desproporcional, quase irrisório em relação às demandas da população. As antigas escolas, que de tempo em tempo vão recebendo reformas, não comportam o grande número de alunos e alunas que procuram os serviços educacionais. Quase todas as escolas públicas, com grande destaque para as do ensino primário, matriculam 80 a 100 crianças para uma sala de aula.

O outro problema, este caracterizado como o mais grave de todos, tem a ver com a formação de professores e professoras e os salários que estes auferem. Professores e professoras da rede pública, sejam os que se formaram no magistério ou em outras ciências, são preparados para uma didática específica. Devido às reformas no sistema de educação e a adoção da monodocência (reforma copiada do Brasil e colada em Angola, diga-se de passagem), atualmente, no ensino primário de Angola, nas seis primeiras classes do 1º Ciclo, o professor ou professora é obrigada a lecionar todas as disciplinas, numa sala composta de 50 ou mais alunos e alunas.

A monodocência constitui para professores e professoras angolanas da rede pública um grande desafio, visto que a maioria deles não se formou para lecionar todos os componentes curriculares, especialmente porque “o mundo hoje vai pela via da especialização e não do conhecimento enciclopédico”. Como afirmam dois educadores:

A importação de modelos ocidentais pode, como é o caso, não resultar para o nosso país saído, recentemente, de um conflito armado e que ainda necessita de tempo para a consolidação das suas estruturas [...] o docente único tem o risco de produzir pensamentos únicos, ensino único e superficial. A monodocência é um sistema muito valioso para o aspecto afetivo, do que do rigor científico e epistemológico.⁷⁰

Mesmo trabalhando em salas superlotadas, estes profissionais não recebem nenhum estímulo. Só trabalham por amor à profissão e pela necessidade de suprir suas necessidades básicas, estas que não são cobertas pelo miserável salário que constantemente sofre desvalorização devido à inflação. Atualmente, docentes do

⁷⁰ KAKULO e MORAIS, 2015, p. 1298 e 1299.

ensino primário de Angola recebem um salário mensal que calculado em dólar é 250 dólares (R\$ 807 reais).

Nestas condições, as zonas urbanas sofrem com a falta de estruturas e de docentes para o ensino escolar, enquanto alunos e alunas procuram por vagas. Nas zonas suburbanas e nos lugares afastados, como as aldeias distantes e de difícil acesso, estas não têm vez e nem são contempladas no planejamento do Estado. Os poucos professores e professoras que são indicados para trabalhar em tais lugares, por motivos financeiros e de outras ordens, ministram aulas embaixo das árvores ou salas construídas de pau e capim, sem nenhuma comodidade, nem para quem ensina tampouco para quem deseja aprender. Por esta razão, as aulas acontecem uma, duas ou três vezes na semana, mutilando assim o aprendizado de crianças que se querem os futuros adultos, as futuras adultas e líderes da sociedade angolana.

Este quadro degradante da educação em Angola está na base do surgimento de “um novo parceiro do Estado”, estes que se propõem a dar respostas às necessidades e demandas educacionais, dando a população um ensino de qualidade: os colégios e as universidades privadas como bem descrevem Kakulo e Morais:

O sucesso dos colégios deveu-se a ideia que o ensino do governo estava mal e que a única alternativa era os colégios. A procura, naturalmente, determinou os custos. [...] um bom número de colégios, sobretudo aqueles que ainda lutam pela sobrevivência, não são rigorosos na correção das provas fazendo transitar alunos que não deviam passar de classe. [...] Consequentemente, num colégio onde existir muitas reprovações haverá poucos alunos matriculados, no ano seguinte, o que quer dizer que não terá boas entradas (dinheiro).⁷¹.

A realidade tem mostrado que algumas instituições de ensino privado preparam indivíduos com qualidade apesar dos exorbitantes valores cobrados, serviços que são inacessíveis para a maioria da população. As outras, isto é, a maioria, são somente fábricas de enriquecimento, porque qualidade não tem nenhuma.

Este é o estado da educação pública e privada de Angola. O contexto histórico, político e socioeconômico determinou em grande medida a existência deste triste panorama. Porém, reconhecendo que em Angola existem recursos

⁷¹ KAKULO e MORAIS, 2015, p. 132.

materiais e humanos capazes de dar uma virada qualitativa em todos os setores, desde que haja boa vontade por parte de quem exerce e governa, é uma condição inaceitável na atual conjuntura tal situação, pois o ser humano é o capital mais precioso que se tem, merecendo, por isso, todo o investimento possível quando se pensa em desenvolvimento em todas as esferas da sociedade.

Estas e outras condições fazem do ensino público angolano um setor de que não proporciona ensino de qualidade. A este quadro de desgraça como a falta de estruturas, a falta de professores qualificados e professoras qualificadas, a miséria salarial, a falta de saneamento básico e de habitação condigna para a população, soma-se a corrupção, que está presente em todas as esferas vivas da sociedade angolana e que afeta negativamente o campo de ensino e aprendizagem, com destaque para o ensino primário, visto ser frequentado por crianças, os membros mais desprotegidos e desfavorecidos da sociedade.

Somente a aplicação prática das políticas públicas e ações concretas direcionadas ao sistema de educação como um todo serão capazes de alterar o quadro educacional que se vive hoje em Angola. As dificuldades vividas socialmente, todas aquelas que afetaram e enfraqueceram todos os sistemas, baixando assim a qualidade de ensino, podem ser ultrapassadas desde que haja investimento certo e de qualidade em todas as esferas da sociedade.

Reconhecemos, todavia que, somente com uma educação moral e ética, juntamente com uma boa instrução escolar justa e equilibrada, Angola poderá dar um salto qualitativo rumo ao desenvolvimento. Isto impreterivelmente começa com a educação, uma educação de qualidade, uma educação para todos e todas; livre da corrupção, do nepotismo e da imposição ideológica, uma educação que garanta direitos aos cidadãos e às cidadãs.

4. A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NO ENSINO PRIMÁRIO EM ANGOLA

Os relatos do capítulo anterior mostram-nos como é urgente mudar o quadro político e econômico do país, cujo estado decadente impacta todos os sistemas da sociedade e com maior destaque para o setor de educação.

Observando o estado em que a educação angolana está, é notável e imperativo reavaliar o processo educacional, bem como a aplicação de currículos que reforçam a cultura dos bons hábitos, costumes e valores éticos pautados nos princípios educacionais.

Sendo as crianças as vítimas do atual quadro de inversão de valores, vivenciado pelas sociedades atuais e sendo elas os futuros líderes com os quais vamos conviver proporcionar-lhes um conhecimento amplo sobre a realidade do mundo através da educação em todas as formas e uma formação escolar de maneira bem particular, é o mínimo que se pode fazer.

Assim, é necessário que estes valores, antes de serem ensinados na escola, sejam ensinados em casa, no ambiente familiar, o núcleo central onde as crianças passam a maior parte do tempo com pai, mãe e os familiares⁷². O que a criança aprende no seio familiar é fundamental para o ensino que continuará sendo feito pela escola durante o processo de ensino e aprendizagem da criança.

Segundo António de Sousa, a escola é um dos locais mais privilegiados para o ensino ético moralmente aceito, pois faz surgir nas crianças e nos adolescentes o sentimento de pertença e de cidadania. Na escola, dentre os vários conteúdos, a criança também aprende, por exemplo, que tem o direito de ser ouvido e o dever de ouvir a opinião dos outros; de discordar e de expressar a sua discordância adequadamente; o direito de brincar sozinho ou acompanhado e o dever de estudar e respeitar o direito dos outros que fazem a mesma coisa⁷³.

Por ser uma instituição democrática que vive e ensina os valores da autonomia, da responsabilidade e do respeito, na interação recíproca do processo de ensino e aprendizagem, a escola é capaz, por esta via, sensibilizar e conscientizar os indivíduos para que, no encontro com o outro e na relação social,

⁷² SOUSA, 2015, p. 105.

⁷³ SOUSA, 2015, p. 106.

haja a partilha de experiências, a aceitação do outro na diversidade, aprendendo a tolerância de uns com os outros, umas com as outras, possibilitando assim, o surgimento e estabelecimento de uma cultura de paz.

O educando, mirando-se no exemplo de seus educadores, professores e professoras, desenvolve a consciência de seus direitos e deveres. Aprender tendo como referência educadores, professores e professoras, e todos as pessoas que estão envolvidas no processo de aprendizagem não significa que educandos educandas sejam obrigadas a repetir e reproduzir sem questionar os conteúdos. Se assim for, esta não é a educação ideal, a que se requer para o desenvolvimento da capacidade crítica e analítica dos envolvidos. Seria uma visão distorcida do que é educação. Segundo o conceito de educação de Paulo Freire, seria uma “educação bancária”.

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação se funda numa das manifestações da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta última se encontra sempre no outro⁷⁴.

A educação escolar, que se requer com a transmissão de valores éticos moralmente aceitos, é aquela cujos componentes curriculares permitem a rejeição da “educação como prática de dominação” proporcionando a politização, isto é, práticas que sejam capazes de incentivar e desafiar no espírito humano a necessidade de se ser cada vez mais humano.

Esta educação, a que alude à humanização, não se processa na imposição de uns sobre os outros ou umas sobre as outras, mas, por intermédio de uma educação libertadora que possibilita questionamentos, a dúvida, a crítica, coloca em prática o ensino/aprendizagem que suscita debates para formulação do ideal, que só é possível se houver uma relação dialógica em torno do mesmo objetivo.

Neste sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, de narrar, de transferir ou de transmitir “conhecimentos” e valores a educandos e educandas, como se fossem meros pacientes, à maneira da educação

⁷⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p.81.

“bancária”. Como defende Paulo Freire, a educação problematizadora afirma a dialogicidade e se faz dialógica⁷⁵.

Esta é a educação escolar que se requer em Angola, a que se propõe não só a formar para profissionalização, mas abarcar e despertar o sentido crítico e analítico, proporcionado pelo diálogo entre estudantes e docentes no processo de ensino e aprendizagem, que prepara os indivíduos para ser e fazer da sociedade o espaço de vivência concretamente democrática.

O estado em que o país se encontra como anteriormente dito requer da instituição escolar um ensino que participe da formação de educandos e educandas para a vida em sociedade, em especial para o encontro com o outro na convivência social.

As desavenças sociais causadas pela intolerância, discriminação, corrupção, e até as guerras entre pessoas da mesma pátria ou entre diferentes nações são ocasionadas, sobretudo, pela estranheza produzida no encontro com o outro e a outra, não permitindo e nem reconhecendo a liberdade e autonomia da outra pessoa ou grupo em todas as questões da vida.

Desta maneira, é que vemos pelo mundo afora a repercussão de atos motivados por comportamentos antiéticos, provocando guerras, conflitos com incidência direta para as populações que sofrem com os horrores da fome e da miséria, tolhidos de sua liberdade, sem falar de seus direitos.

Visto que os princípios éticos são aplicáveis a todos os contextos, instituições e ambientes sociais se faz necessário o seu ensino também na instituição escolar, especialmente nos primeiros anos de desenvolvimento e de vida escolar das crianças, quando estas estão construindo para si valores e significados que serão fundamentais, uma vez que elas aprendem através da “imitação, observação, reprodução e condicionamento”⁷⁶. Ainda assim, é preciso considerar o que escreve Paulo Freire: “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”

⁷⁷.

⁷⁵ FREIRE, 2016, p. 94-95.

⁷⁶ SACRISTÁN et al, p. 71.

⁷⁷ FREIRE, 2016, p. 98.

Tendo pessoas adultas e mestres como modelos e mediadores da construção de valores identitários e culturais, bem como de todo o proceder enquanto crianças e futuramente como adultos, a criança vai através da educação de outros ambientes e do ensino escolar formar o seu arcabouço intelectual e psicológico que a ajudará a encarar as mais diversas situações da vida. Daí repousa a preocupação e a pertinência em deixar para elas um legado digno e aceitável. E isso é o mínimo que as pessoas adultas de hoje podem fazer.

É necessário falar sobre ética, quer de maneira formal ou informal, em todos os contextos de aprendizagem, como no seio familiar, o primeiro local de aprendizagem, na igreja, no ambiente de trabalho, na escola, o contexto democrático e de vivências diversas. Na escola aprende-se a conviver desde cedo com pessoas diferentes. Cada um é obrigado a aprender regras e normas sociais que devem ser obedecidas, assim como o respeito à autoridade⁷⁸.

A pertinência do ensino escolar da ética às crianças nos seus primeiros anos de vida escolar não pode ser dimensionada, haja vista a sua importância para as presentes e futuras gerações humanas nos ambientes sociais. Desde que haja boa intenção e a busca pelo bem pessoal e coletivo, os princípios morais e éticos podem e devem ser ensinados em todos os ambientes de aprendizagem⁷⁹.

O desafio é promover um diálogo e, pela via da interação, aprofundar convicções quanto à existência de problemas que necessitam ser solucionados mediante a criação e aplicação de conceitos relevantes para o viver comunitário.

É neste sentido que se justifica a importância do ensino dos princípios éticos e moralmente aceitos no ensino primário angolano. A mudança do quadro atual do país, como já apresentado, depende da nova geração e, quando se pensa em mudanças, é necessário um investimento com qualidade no preparo intelectual de cidadãos e cidadãs capazes de viver e se comportar de maneira aceitável.

A educação escolar é, portanto, um dos ambientes que fornece e aperfeiçoa no indivíduo as regras, os princípios e os valores que juntamente com aqueles que foram adquiridos em ambientes extraescolares podem contribuir para os

⁷⁸ DE SOUSA, 2015, p.111.

⁷⁹ DE SOUSA, 2015, p. 110.

relacionamentos humanos saudáveis e compatíveis com a realidade dos Estados democráticos e de direito. Como afirma Sarudakis:

[...] percebe-se o quanto a ética está envolvida nas questões escolares do indivíduo com a instituição e a sociedade e o que espera do seu processo de formação, de como ele vai atuar e intervir na sociedade, ou seja, melhorar a relação humana e o próprio indivíduo é condição primordial da ética e sua manifestação no cenário educacional.⁸⁰

4.1 Ética como pressuposto filosófico da formação humana na contemporaneidade

O ser humano adquire significados, ou seja, aprende desde que nasce⁸¹, por ser um “ser inacabado” e se encontrar em constante mudança e adaptação. Por isso, precisa gradualmente se informar para se adaptar ao seu meio e nele se realizar.

A atual conjuntura mundial caracterizada por frequentes crises de várias ordens, resultantes em grande parte dos desajustes sociomoraes e dos males decadentes da corrupção, estas que vem transitando entre gerações e são comumente conhecidas como a característica mais predominante do mundo moderno e pós-moderno, fazem crescer entre os seres humanos as ambivalências e assimetrias sociais em consequência dos comportamentos antiéticos das populações, ações negativas que são mais bem vistas na política e nas ações de líderes governamentais enquanto detentores do poder.

Não que a população em geral não tenha a sua quota na situação amoral em que se vive. Acontece, porém que, as pessoas reproduzem o comportamento de seus representantes enquanto detentores do poder legislativo, político e econômico.

É daí que se torna imperativa e urgente a necessidade de elaboração de planos e estratégias educacionais que visam à formação de agentes sociais ativos, racionais e críticos da sua condição, conscientes de seus direitos, deveres, limites e liberdade, cujos comportamentos irão se pautar em princípios éticos moralmente aceites na convivência social.

Visto que a criança precisa aprender a transformar todas as informações em conhecimento e, durante a sua trajetória na construção do seu subjetivo vai precisar

⁸⁰ SARUDAKIS, 2011, p. 23.

⁸¹ SACRISTÁ, José Gimeno, *et al. Educar por competências*. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 71.

de mediadores e mediadoras do conhecimento fundamental para o arcabouço intelectual, é pertinente que nesta busca, especialmente nos primeiros anos de vida, para além da família, o núcleo primário de aprendizado, a escola seja a segunda instituição a produzir e reproduzir conteúdos que pautarão a sua conduta em todos os âmbitos.

Em primeiro lugar: a imitação, observação, reprodução e o condicionamento ocupam uma parte importante da aprendizagem humana ao longo de toda a sua vida, mas de forma muito especial e intensa nos primeiros anos de seu desenvolvimento.⁸²

A ética é assim importante no ensino de crianças nos primeiros anos de vida escolar, visto que começa a frequentar a escola, o ambiente sócio moral, a rede de relações interpessoais que também vai fazer parte de suas experiências, o espaço onde se processa o encontro e o reconhecimento do outro, na interação entre profissionais da educação e estudantes⁸³.

É na escola, o ambiente de construção de subjetividades, cultura e relacionamentos com pessoas de distintas proveniências, que se aprende conteúdos para a formação da moral e da ética. Desta maneira, a escola deve estabelecer políticas e elaborar currículos que priorizam a formação de significados relevantes, capazes de proporcionar crescimento intelectual, desenvolvimento de habilidades, organizar a conduta de cada um e uma de maneira a se adaptar a seu contexto, e satisfazer suas necessidades vitais e a de outrem⁸⁴.

Porém, ao ensino da ética em ambiente escolar, levantam-se vários questionamentos do ponto de vista técnico, epistemológico e histórico no sentido de como ensinar tais conteúdos às crianças sem entrar e esbarrar em questões moralistas.

A resposta a esta e outras questões se encontram na clarificação dos conceitos que preconizam as ações, conforme Garcia e Trindade que citam Taille:

[...] a moral visa responder a uma questão matricial: “como é que se deve agir?” Enquanto a ética tenta responder a uma questão, de algum modo, distinta: “que vida eu quero viver?” [...] por outras palavras, de acordo com a perspectiva atrás enunciada, a moral tende a estabelecer a verdade,

⁸² SACRISTÁN, 2011, p. 71.

⁸³ DEVRIES, Retha. *A ética na educação infantil: o ambiente sócio moral na escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998, p. 31.

⁸⁴ SACRISTÁN, 2011, p. 70.

enquanto a ética baseia a sua existência na tentativa de busca dessa verdade.⁸⁵

Conforme estas definições, podemos dizer que, sendo a escola a instituição de “partilha de interrogações e de inquietações”, um dos espaços vocacionados para o ensino e aprendizado de cultura e comportamentos sociais aceitáveis que respondem positivamente ao relacionamento social que se requer na sociedade, deve esta instituição como sua prerrogativa sugerir políticas e elaborar currículos, cujos conteúdos se propõem a fortalecer a formação de valores éticos moralmente aceitos, os comportamentos que podem positivamente influenciar e transformar a sociedade moralmente decadente.

Outra razão plausível que justifica a importância da ética como componente curricular imprescindível para os primeiros anos da vida escolar das crianças é o fato de que, à medida que a criança vai construindo os significados e sentidos sobre a realidade que a envolve de forma consequente, interpela e é interpelada pelos outros acerca da problemática dos valores do meio circundante⁸⁶.

Mediante o desenrolar das situações da vida de cada um e cada uma, as reflexões em torno de comportamentos éticos e morais tendem a suscitar mais debates e demandam mais esclarecimentos, visto que todos os acontecimentos do mundo estão intrinsecamente ligados à conduta ética e moral de todas as pessoas enquanto agentes de transformação do meio em que vivem.

Assim, considerando o reconhecimento de que tanto adultos quanto crianças, estas que serão os futuros adultos, mais ainda, enquanto seres vivos estão sujeitos a vivenciar acontecimentos resultantes de decisões tomadas de maneira ética ou até antiéticas e moralmente inaceitáveis, é que o ensino escolar de princípios éticos moralmente aceitos se torna de extrema importância. O desafio é trabalhar esta questão com a criança desde cedo, nos primeiros anos de vida escolar, sendo este um dever obrigatório, ético e moral que objetiva em primeira instância a formação de cada criança dentro do seu espaço, tempo, limites, procurando desenvolver a sua capacidade de ver, de ouvir e de identificar suas diferentes necessidades⁸⁷.

⁸⁵ GARCIA, Joe; TRINDADE, Rui. *Ética e educação: questões e reflexões*, 2012. p.26.

⁸⁶ GARCIA e TRINDADE, 2012, p. 33.

⁸⁷ SARUDAKIS, 2011, p. 65.

A educação escolar assim entendida, aquela que prima pela formação de princípios valorativos do ser humano que se quer eticamente, é a base principal norteadora de todo o conhecimento e prática do sujeito aprendente, ator e atriz social, conhecimentos adquiridos social e eticamente para aprender e beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida, aprender a fazer com aptidão e competência graças ao desenvolvimento do ensino nas etapas da vida, aprender a conviver eticamente na compreensão do outro valorizando o pluralismo e a diversidade humana, bem como aprender a ser confiante e responsável⁸⁸.

4.2 Ética da convivência, preservação e respeito pela diversidade humana

As ideias democráticas provocaram inúmeras mudanças na sociedade angolana no que tange às relações entre “Estado, sociedade e indivíduo”. Os também chamados “valores fundamentais” segundo a jurisprudência são ainda a causa de acaloradas discussões e discursos, quando a sociedade cobra dos representantes governamentais os direitos legalmente garantidos e que regulam os estados democráticos.

A relação existente entre o Estado e o aparelho jurídico constituído existe para reger os governos em relação aos seus cidadãos e cidadãs, além de reger a relação de cidadãos e cidadãs com seus governos, conhecedores de seus deveres e direitos. Esta relação valorativa é também requerida no convívio social entre os cidadãos, as cidadãs, os sujeitos e agentes de direitos de uma nação.

É para estes sujeitos e agentes de direito que se destina a educação escolar como a qualifica Brandão: quando pensada como uma “filosofia” ou uma “política de educação”, ela se apresenta juridicamente como um bem de todos e todas, de que o estado assume a responsabilidade de distribuição em nome de todos e todas⁸⁹.

A educação como política do estado deve ser distribuída para todos e todas em proporções iguais como um ato de amor, para que haja saberes transformadores, segundo as propostas pedagógicas de Paulo Freire estudadas por Vasconcelos e de Brito:

⁸⁸ *Educação, um tesouro a descobrir*: relatório da UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Brasília, 2010. p.31.

⁸⁹ BRANDÃO, 1989, p. 94.

Educação é antes de tudo, um ato de amor e coragem, que está embasada no diálogo, na discussão e no debate. O homem vive em constante aprendizado, não havendo homens “ignorantes absolutos”, já que existe diferentes saberes, alguns sistematizados, outros não.⁹⁰

No centro de processamento dos saberes que contribuem para o aprendizado do ser humano, está a escola que transmite os conteúdos sistematizados que visam o saber fazer e, acima de tudo, o saber ser em sociedade. É para participar da formação dos indivíduos que a escola se propõe a ensinar a ética para a convivência, visto que, para ser na sociedade o ser humano necessita conviver com seus semelhantes, convívio social que requer de todos os membros, o reconhecimento da importância do outro na relação interpessoal e o respeito pela liberdade que se tem de fazer parte da comunidade, bem como o direito de opinião quando necessária.

A ética e a sua aplicação prática em contextos em que ela se faz necessária, é assim de extrema importância como reguladora dos relacionamentos entre os cidadãos e as cidadãs, sendo necessário o seu ensino não só na escola como também em outros ambientes como no seio familiar, nos espaços de lazer e convívio e em todos os pronunciamentos.

Para o ensino de uma ética que se pautar pelos valores socialmente aceitos, a escola através de seus agentes não pode se constituir em canal “transmissor de informações e conhecimentos aos educandos”, devendo por isso mesmo fazê-lo de forma com que todos os intervenientes do processo de ensino e aprendizagem sejam participantes ativos e não meros expectadores, repetidores de conteúdos, quando educados de forma bancária, como descrevem Vasconcelos e Brito:

Educação bancária configura a abordagem pedagógica pela qual o educador é agente transmissor de informações e conhecimentos aos educandos. Para esta concepção, o único papel do educador é o de expor/impor conhecimentos, não havendo espaço para discussão ou reflexão, sua missão é meramente informativa. Por isso adota-se, analogicamente o termo “bancária”. A ideia que se tem é de que aquele que possui conhecimento irá depositar e transferir, pura e simplesmente, aquilo que conhece para aquele que nada sabe o depositário do saber de outrem.⁹¹

Sendo a educação escolar um processo contínuo que tem princípio e não tem fim, visto o ser humano enquanto vivo necessitar aprender para viver e se

⁹⁰ VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITO Regina Helena Pires de. *Conceitos de Educação em Paulo Freire*. Editora Vozes, São Paulo, 2006. P. 83.

⁹¹ VASCONCELOS; BRITO, 2006, p. 83.

reinventar para ultrapassar os obstáculos inerentes ao convívio social, é necessário que esta educação seja tida sempre como prioridade, na esperança de buscar o aprimoramento do ser humano em todas as dimensões.

A cultura do convívio moralmente ético entre os seres humanos independente da classe social, escolha política ou posição econômica, é necessária para fazer crescer o respeito pela diversidade humana, com maior destaque para as sociedades moldadas pela cultura circundante especialmente nos aspectos que conflitam com os princípios requeridos para a construção da decência em todos os âmbitos.

A ética é assim para a educação escolar primária angolana uma ação libertadora que aponta para o momento e para as gerações futuras a recuperação do tempo perdido em ações e comportamentos sociais refutáveis, que em nada acrescentam ao conhecimento, crescimento e formação individual e coletiva, comportamentos tão depreciativos que só fazem confundir a mente daqueles e daquelas que observam a controvérsia que existe entre o que se fala e a prática.

Educação libertadora representa o conjunto de conhecimentos compartilhados entre dois sujeitos pensantes, na busca de significados comuns. Ação ocorre independentemente da intenção, mas só pode ser reconhecida como “libertadora” quando percebe o ser social em constante transformação e crescimento e assim se faz atuar. A educação envolve a formação do educando e da educanda como um ser crítico, que pensa agente interveniente no mundo, e sente-se capaz de transformá-lo. Para isto, precisa ter conhecimento do mundo e analisá-lo criticamente⁹².

A atual configuração das sociedades requer de todos seus participantes uma ação reflexiva e crítica em resposta aos desafios que se apresentam em todos os níveis. Os problemas étnicos, culturais, socioeconômicos e políticos, envolvem todas as sociedades. O forte impacto produzido pelas mazelas das longas guerras e sistemas políticos abusivos não isentam Angola de vivenciar um estado lastimável em todas as esferas da sociedade.

É para dar respostas adequadas às demandas mais prementes da sociedade angolana que o ensino acadêmico com componente curricular que trata

⁹² VASCONCELOS; BRITO, 2006, p. 88.

da ética aplicada nos mais variados segmentos da vida, se faz necessário, principalmente nos primeiros anos de ensino escolar de crianças do ensino primário, com vistas a garantir boa convivência, tolerância e respeito pela diversidade humana.

Por isso é que defendemos que os empreendimentos éticos nas escolas não deverão ficar circunscritos a atividades específicas, devendo ser entendidas, de acordo com a perspectiva que tenho vindo a defender, como referência de outro modo de conceber e promover o desenvolvimento dos projetos de educação escolar. Uma opção que deverá ser lida à luz das exigências que, hoje, nos são apresentadas pela vida nas sociedades em que vivemos⁹³.

As crianças assim como os adultos precisam aprender tanto no seio familiar, como na escola, os princípios éticos da boa convivência social e esse ensino precisa ser incluído na vida da criança nos seus primeiros anos de interação familiar e convívio social.

Segundo as teorias cognitivas de Piaget, “as crianças menores estão no estágio denominado ‘heteronomia’ - isto é, suas regras são leis externas, sagradas, porque são impostas pelos adultos”. E como para as crianças os ensinamentos dos adultos não devem ser transgredidos e são dignos de respeito, aceitação, e por isso devem ser praticados, antes que a criança entre para os estágios seguintes onde experimentará gradualmente a autonomia, é necessário fornecer-lhe as bases de sustentação sobre as quais se vai constituir a capacidade de raciocínio abstrato, crítico, reflexivo e autônomo⁹⁴.

As regras ensinadas às crianças nos primeiros anos de vida escolar, quando estão a se formar os significados, serão fundamentais nas subseqüentes fases. A criança agora adolescente, passa da heteronomia para a cooperação e aos poucos vai ganhando autonomia. Assim, é através da atividade de cooperação que o adolescente desenvolve a compreensão do objetivo e da origem das regras, compreensão que também facilita o desenvolvimento do senso de comunidade e do

⁹³ GARCIA e TRINDADE, 2012, p. 33.

⁹⁴ DUSKA, Ronaldo e WHELAN, Mariellen. *O desenvolvimento moral na idade evolutiva*. Um guia a Piaget e Kohlberg. São Paulo: Loyola, 1994. P. 21-22.

respeito mútuo, dando assim ao adolescente uma maior compreensão e autonomia na prática das regras outrora ensinadas⁹⁵.

Assim, na trajetória da criança rumo ao seu desenvolvimento social e da autonomia, os valores e regras ensinadas na primeira infância e no decorrer de seu crescimento são fundamentais para a sua interação social e intelectual bem como no seu comportamento e julgamento moral e ético.

4.3 Ética para a formação da moral cidadã e da manutenção dos direitos humanos e democráticos

Entre os indivíduos da mesma sociedade, o fato mais visível que permite auferir o nível de qualidade entre eles é o relacionamento. A maneira como as pessoas se relacionam, a prática e as ações boas ou as más determinam o comportamento destes na relação de uns com os outros e umas com as outras. Todas as pessoas sabem o que é bom e o que é mau. Todas as pessoas conseguem identificar o lado mau das pessoas representado pela prática das más ações e o lado bom representado pelas más ações. Quanto a isso a emissão de juízo é quase espontânea quando se está diante de situações praticadas, quer sejam boas ou más.

O ser humano, porém, apesar de estar cercado de situações que o influenciam à prática de ações que prejudicam a si próprio e ao próximo, sabe e pode aprender a fazer o bem, desde que esteja disposto a isso. Mesmo estando inclinado a fazer o mal, há no ser humano a virtude, a qualidade essencial que equilibra suas emoções, controla racionalmente seus impulsos instintivos para amar a outra pessoa⁹⁶.

O indivíduo tem ciência da sua vida e da importância da vida do seu próximo e da sua próxima, sendo por isso mesmo necessário um reforço permanente do ensino de boas práticas de forma a acautelar comportamentos antiéticos e imorais que são contrários à vida e ferem os direitos institucionalmente garantidos, aqueles a que cada ser humano tem direito.

⁹⁵ DUSKA; WHELAN, 1994, p. 25-26.

⁹⁶ SOUSA, Antonio Bonifácio Rodrigues de. *Ética e Cidadania na Educação*. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2015. p. 17.

As ações que não condizem com o que se requer nas sociedades são prejudiciais ao que as pratica e refletem diretamente na sociedade quando fazem surgir o ódio, a ira e a violência. As ações imorais e antiéticas podem ser vistas nas mais diversas ações humanas, como é o caso das guerras que destroem milhares de vidas, o mal que gera assimetrias sociais onde uns poucos são consideravelmente abastados e a grande maioria vive na pobreza extrema, as agressões humanas ao meio ambiente que provocam as catástrofes naturais, estas que trazem incontáveis males à humanidade e outros que direta ou indiretamente são a causa das desgraças humanas.

Nestas condições, se faz necessária a contribuição da ética, não para transformar, mas para possibilitar o surgimento da empatia com todos os elementos que possibilitam vida, aqueles que fazem surgir o sentido de pertença e orientam ao maior empenho pessoal e coletivo na vivência harmoniosa e justa que prima pela cultura da boa moral.

A moral é múltipla e particular. Faz parte do modo de viver pessoal e das culturas regionais, institucionais e sociais, e está sujeita às transformações histórico-culturais que acontecem até nas culturas tradicionais. [...] A moral evolui tanto no sentido positivo, promovendo a humanização cultural, quanto no sentido negativo, com o empobrecimento de valores, que tornam, por exemplo, uma sociedade preconceituosa e violenta.⁹⁷

Os valores moralmente aceites fazem dos indivíduos agentes de bem para si, para outras pessoas, em última instância com aplicação direta na sociedade, visto que é o espaço de interação, de convívio e de realizações. O espaço social é assim o lugar em que os reflexos da moral e da ética são vistos.

Moral e ética são termos equivalentes. No sentido mais técnico, “a moral consiste num sistema de regras que busca a essência de toda moralidade, é o respeito pelas regras”⁹⁸. Porém, a ética é uma disciplina filosófica, no sentido em que é ela que possibilita criticar as ações, despertar uma consciência dos valores humanos universais, tendo como base os pensamentos filosoficamente elaborados e socialmente aceites.

A aplicação prática da ética e da moral crítica em todos os segmentos da vida humana empresta aos relacionamentos humanos outro dinamismo e ocasiona o surgimento de um comportamento mais humanizado, visto que a principal crise da

⁹⁷ SOUSA, 2015, p. 19.

⁹⁸ SOUSA, 2015, p. 20.

humanidade hoje é derivada em grande parte da perda dos valores morais e éticos, sendo, por isso, urgente o resgate dos bons valores, bem como a criação de normas legais pertinentes ao surgimento da cidadania.

Visto como um exercício da práxis democrática, a cidadania vista a partir do conceito moderno do termo está estritamente vinculada à noção dos direitos humanos, quando o termo se aplica somente aos direitos que cada cidadão tem.

Na origem histórica de cidadão, cidadã e de cidadania, os termos equivalem a político e política (*cives*, que em latim equivale à cidade e *polis* em grego = cidade). Os termos grego e latino indicam a mesma coisa: o espaço de atuação do cidadão, ou seja, a cidade.

O cidadão é entendido como um ser político que participa de forma ativa da sua sociedade. A cidade, o local geográfico de atuação do cidadão e da cidadã, pode ser o Estado, a nação, a pátria e todas as instituições incluídas nestas entidades maiores⁹⁹.

Ainda sobre a origem histórica do termo cidadão, cidadã e cidadania, Darcísio Correa afirma que os dois termos surgem do contexto libertário e revolucionário da época moderna, quando a nova e emergente classe burguesa buscava romper com a exploração e desigualdade social da época medieval, daí a vinculação genética da cidadania com a burguesia¹⁰⁰.

Do ponto de vista da época moderna, os termos cidadania, cidadão e cidadã são compreendidos politicamente como vinculados ao membro do estado que tem deveres e direitos civis e sociais a desempenhar. Esta concepção não é apenas como a sociedade atual se reconhece diante de seus governos enquanto detentores do poder político e legislativo. É, portanto, um conceito que gestou, cresceu se tornou pensamento universal, sobretudo depois das revoluções americana e francesa, quando se reconheceu a importância da participação ativa da comunidade na política, na gestão dos bens públicos reforçando assim os vínculos da pessoa com o seu Estado ou nação¹⁰¹.

⁹⁹ SOUSA, 2015, p. 96.

¹⁰⁰ CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. 4ª ed. Ijuí: Unijuí, 2006. P. 213.

¹⁰¹ SOUSA, 2015, p. 96.

Assim, ser cidadão e cidadã é pertencer a um Estado, nação ou pátria, exercer os direitos bem como os deveres, reconhecendo-se como ator ativo e atriz ativa na sociedade com responsabilidades éticas de fazer, de ser e de estar na comunidade democrática, desempenhando assim valores tanto éticos quanto políticos. “Dessa forma, quando se educa uma pessoa para viver democraticamente, educa-se também para ser cidadão”¹⁰².

Nesta visão de cidadania, estão implícitas a liberdade e a igualdade de todos os seres, independentemente de sua condição social ou preferência política, não cabendo, portanto, nos estados democraticamente constituídos a desigualdade e a opressão em todas as formas. Todos os cidadãos e cidadãs têm os direitos iguais e juntamente zelam pelos direitos uns dos outros, descartando os maus procedimentos sociais e exaltando os valores socialmente aceitos para a boa convivência. “Cidadãos são os portadores de direitos, entre eles os discriminados”. Ao Estado compete a distribuição igualitária para todos os cidadãos e cidadãs dos meios materiais adequados para exercício do direito civil e não somente a preocupação com o direito político.

A cidadania enquanto vivência dos direitos humanos é uma conquista da burguesia: direitos de cidadania são os direitos humanos, que passam a constituir-se em conquista da própria humanidade. A cidadania, pois, significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos e todas o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida¹⁰³.

O desenvolvimento das sociedades modernas, em consequência do surgimento e crescimento da técnica e da tecnologia, bem como o acelerado processo de globalização, tem contribuído em grande medida para a inexistência de fronteiras divisórias que separam territórios nacionais. Devido a isso, está em construção os conceitos de cidadania do mundo, uma compreensão alargada do termo cidadania em seu contexto original e moderno, como explica Sousa: “Essa cidadania universal aumenta o senso de partilha de toda a comunidade dos homens,

¹⁰² SOUSA, 2015, p. 97.

¹⁰³ CORRÊA, 2006, p. 217.

O cidadão do mundo se torna responsável pelo patrimônio da humanidade e pelos bens ecológicos de seu habitat, o planeta terra”¹⁰⁴.

Tanto a cidadania nacional quanto a cidadania universal requerem do cidadão e da cidadã uma postura e um posicionamento: o reconhecimento da pessoa humana como um sujeito com direito à dignidade, à proteção e a todos os outros direitos que garantam a vida, a paz e a tranquilidade. É para esta conjuntura que se requer o estímulo do contexto social igualmente democrático, atributo que pode ser aprofundado no cidadão e na cidadã pela educação¹⁰⁵. É almejando garantir o exercício dos direitos dos cidadãos e das cidadãs decorrentes da democracia, os direitos humanos nacionais e universais que se faz necessário a inclusão de conteúdos da ética no ensino escolar de crianças do ensino primário, a fim de garantir a continuidade de práticas com valores requeridos no mundo moderno. Como escreveu Sousa:

Educação para a cidadania não é só o direito de todos, mas, sobretudo uma conquista de uma sociedade que se quer ver emancipada de suas grades estreitas, em que prepondera a falta de tecnologia, informação, instrumentos de progresso, consciência para o exercício do voto, preparo dos eleitos para a condução dos negócios públicos... [...] é possível mais que isso, pensar o povo segundo sua condição histórico-social, e entrever na educação um elo de libertação importante, sobretudo quando suas condições são de exploração e submissão econômica, social, política, etc.¹⁰⁶.

A compreensão dos fatores essenciais que estão na base da decadência da ética moral e dos macabros atos cometidos contra a natureza e o indivíduo nos seus direitos humanos pode ser esclarecedora quanto à necessidade de transformar a educação escolar na instituição que possibilita o surgimento de uma postura mais ética e humana nos mais diversos relacionamentos e interação do ser humano.

Quanto aos direitos humanos, sejam eles aplicados no contexto social ou institucional, Angola é um país que ainda se encontra num estado inicial, quase letárgico, quando se fala da aplicação dos pressupostos democráticos cidadãos e direitos humanos internacionalmente constituídos.

¹⁰⁴ SOUSA, 2015, p. 97.

¹⁰⁵ SOUSA, 2015, p. 107.

¹⁰⁶ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social*. Editora Manole, Barueri-SP, 2004. p. 107.

Os líderes políticos angolanos têm plena consciência da importância dos direitos humanos como fonte de legitimidade internacional. Angola aderiu ou ratificou, sem reservas, aos principais tratados de direitos humanos adotados sob a égide das Nações Unidas e praticamente todos os tratados de direitos humanos adotados no quadro da União Africana.

Em cumprimento destes tratados internacionais, o Governo angolano tem submetido às instâncias de supervisão da ONU e da UA os devidos relatórios periódicos, a que teremos oportunidade de fazer referência mais adiante. A importância dos direitos humanos é também claramente assumida na ordem jurídica interna. A Constituição da República de Angola afirma, explícita e reiteradamente, o princípio da dignidade da pessoa humana e o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais do indivíduo como valores basilares da ordem jurídica.

Os direitos fundamentais elencados na Constituição angolana são reconhecidos a todos, sem discriminação, e as normas constitucionais e legais que consagram estes direitos têm de ser interpretadas e integradas de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e os tratados internacionais sobre a matéria ratificados por Angola. Para, além disso, segundo o artigo 26º CRA, na apreciação, pelos tribunais angolanos, de litígios relativos a direitos fundamentais, a DUDH, a Carta Africana e os demais tratados internacionais ratificados por Angola aplicam-se, mesmo que não sejam invocados pelas partes.¹⁰⁷.

A realidade, porém, tem mostrado o contrário. A disposição e afirmação acima apresentadas contestam e contrastam com a realidade angolana quanto aos direitos humanos, estes que apenas existem nos livros e de lá não saem para a aplicação prática.

Mesmo estando compromissados com a matéria dos direitos humanos e mesmo que estes ocupem um lugar de destaque na ordem jurídica angolana, no nível das ações concretas, tais direitos não são aplicados e nem de perto respeitados.

Um levantamento estatístico recente realizado pelas Nações Unidas para os direitos humanos dão conta que Angola, apesar de mostrar melhorias no que concerne à aplicação de políticas e ações que visam ao cumprimento dos direitos humanos, são ainda recorrentes as infrações humanitárias quanto a: restrições à

¹⁰⁷ JERÓNIMO, Patrícia. *Os direitos humanos em Angola*. Disponível em: <www.Repositorium.Uminho.pt>. Acesso em: 09 abr. 2018.

liberdade de expressão e de imprensa, exercício de direitos de participação política, abusos policiais e de forças de segurança, alto nível de corrupção, expulsão coletiva de estrangeiros, extrema pobreza e acesso limitado e ineficaz aos serviços sociais.

Lamentavelmente, este é o retrato da situação angustiante em que o país se encontra irremediavelmente mergulhado. Quando sistemas e instituições de proteção do direito não respeitam os direitos consagrados, invadem os espaços dos outros, quando cresce o descaso para com as populações e a desonestidade torna-se uma prática normal, a solução mais viável para a saída desta crise de contornos imprecisos é por certo e sem dúvida alguma, pelo viés da educação ética e resgate da boa moral, um ensino que pode ser de cunho familiar, social ou escolar, ainda mais quando se acredita no poder que a escola exerce na vida e no preparo dos indivíduos para a vida.

4.4 Contribuições do relatório da UNESCO “os quatro pilares” para a educação primária em Angola

As injustiças, as desgraças e as assimetrias sociais que caracterizam o mundo atual e em particular Angola, resultam de comportamentos antiéticos e imorais de sistemas políticos, cujo egocentrismo cegou suas mentes ao ponto de não se solidarizar com as necessidades e o sofrimento dos outros¹⁰⁸, labutando somente para o enriquecimento próprio em detrimento da desgraça da maioria da população.

Como consequência das decisões políticas eticamente injustas presenciamos hoje por todos os lados as guerras que têm devastado territórios inteiros, decepando vidas, roubando sonhos. Vemos a violência tomando conta de cidades, vemos a proliferação da miséria em todos os lugares do mundo e, como se não bastassem, catástrofes naturais resultantes da intervenção impensada do ser humano na natureza devido ao desmatamento em grande escala e da extração irregular dos componentes que sustentam a natureza assolam o mundo.

A falta de ética na política, na economia e na gestão e tratamento dos elementos naturais para o bem do próprio indivíduo é uma questão que merece

¹⁰⁸ SARUDAKIS, 2010, p. 65.

maior atenção, quando se quer uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais coerente com os princípios e valores democraticamente assumidos.

É para participar da construção de um futuro comum para vivência hoje e para a posteridade de viventes que o ensino escolar se propõe a trabalhar componentes curriculares que objetivam a prática de valores aceitáveis na convivência democrática.

Trabalhar aspectos culturais e éticos permite reavaliar os potenciais elementos que contribuem e fortalecem o desenvolvimento das qualidades necessárias para o relacionamento com os outros atores e as outras atrizes sociais com quem contamos e em quem encontramos suporte para superar as crises inerentes à convivência social e comunitária, como bem afirma Jacques Delors:

Somos levados, portanto, a revalorizar as dimensões éticas e culturais da educação e, nesse sentido, a fornecer os recursos para que cada um venha a compreender o outro em sua especificidade, além de compreender o mundo em sua busca caótica de certa unidade; mas, previamente, convém começar pela compreensão de si mesmo em uma espécie de viagem interior, permeada pela aquisição de conhecimentos, pela meditação e pelo exercício da autocrítica.¹⁰⁹

Somente a intervenção ativa e crítica de toda a sociedade será capaz de melhorar a atmosfera moral caótica que a sociedade atual vive, em decorrência de “profundas modificações realizadas nos quadros tradicionais da existência humana”, atmosfera que insiste em prejudicar a todos e todas com suas consequências nefastas, sendo necessário a cada um afirmar-se como agente de transformação.

É neste contexto que os princípios estabelecidos pela UNESCO para a educação – “os quatro pilares da educação” –, também conhecidos como “conceitos educacionais para a autonomia, liberdade e emancipação”, podem contribuir com a formação intelectual, social e moral das populações angolanas, na medida em que visam a desenvolver “valores e aprendizagens fundamentais do conhecimento ao longo da vida”, baseados na justiça e igualdade requerida nos estados democraticamente constituídos. Os princípios da UNESCO para educação são: aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser¹¹⁰.

¹⁰⁹ DELORS, Jacques (Coord.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Brasília, 2010. p.10.

¹¹⁰ DELORS, 2010, p.14.

O ser humano como ser social e relacional, que se realiza na convivência com o outro, precisa conhecer os seus pares a fim de juntamente solucionar os enigmas impostos pela vivência social. Assim, é necessária interação para conhecer a cultura, os desejos e anseios, os direitos, deveres, e outros fatores que pedem da convivência um aprendizado contínuo mediado por uma educação permanente, esta que “fornece o gosto, assim como as bases para aprender ao longo da vida” ¹¹¹.

Aprender a conviver com os outros exige de todos a prática do respeito e da tolerância, respeitando as diferenças e a diversidade que caracteriza a sociedade moderna. Conviver na diversidade e ainda preservar a relação e a integridade do outro é desafiador, mas é um exercício necessário quando se acredita que “é possível vivenciar uma interdependência real, solidária, humana entre as nações, pois são possíveis experiências na democracia do mundo global” ¹¹².

Aprender a fazer reproduzindo todos os conceitos, valores e aspectos positivos aprendidos na convivência, sejam os adquiridos em contexto escolar ou mesmo nos outros espaços de aprendizagem, faz parte de um processo imprescindível do indivíduo que passa da aprendizagem teórica para a aplicação prática das competências adquiridas. É preciso ter coragem para expor, mesmo porque o ser humano aprende por intermédio de erros e acertos, a característica mais humana que existe e da qual ninguém está isento.

Acompanhando as mudanças que ocorrerão ao longo dos séculos em todas as sociedades no que tange à educação e à escola com mais destaque, podemos constatar que os seres humanos precisam de tempo em tempo atualizar seus saberes e práticas, ultrapassar e descartar o que não acrescenta sabedoria e, de maneira crítica e reflexiva, procurar pelo que há de melhor, que agrega conhecimento e que transforma. Desta forma, precisamos todos e todas aprender a ser mais humanos, mais tolerantes, mais compreensivos com as outras pessoas e conosco mesmos, sabendo avaliar as situações, valorizar as diferenças e respeitar a diversidade, desenvolvendo assim o senso comunitário “que talvez seja mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver” ¹¹³.

¹¹¹ DELORS, 2010, p.13.

¹¹² SARUDAKIS, 2016, p. 69.

¹¹³ SARUDAKIS, 2016, p.69.

Estas propostas são desafiantes quando vemos as dificuldades que se impõem para a aplicação destes conceitos, ainda mais quando são colocados em prática nas instituições escolares e de ensino. O contexto seguidamente depende da aplicação de políticas afirmativas de governos poucos interessados na educação intelectual de seus cidadãos e cidadãs.

Porém, quando se quer melhorias em todos os sistemas da sociedade, a educação é uma das primeiras instituições geradoras de mudanças mediante o ensino de valores da moral eticamente aceite. Por isso mesmo, esta deve ser a primeira a permitir mudanças quanto a conteúdos e componentes que, de engessados e compactados pelos modelos tradicionais, se abram para novas propostas e mudanças das quais todos possam ativamente participar. Esta sim seria a verdadeira educação transformadora, libertária e dialógica, como afirma Paulo Freire:

O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. [...] o diálogo é uma exigência existencial e, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito sobre o outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.¹¹⁴

A educação, vista como um processo histórico construído socialmente a fim de desenvolver a cultura de conhecimentos determinantes na construção da visão de mundo e da vida como bem maior, necessita revisitar e remodelar sua práxis, permitir que tanto os “aprendentes quanto os ensinantes” façam parte do processo de ensino e aprendizagem, sendo agentes ativos que trabalham juntos, convivem e mutuamente aprendem a dar significados à vida, cultivando e se apropriando do sentimento de pertença de suas sociedades e do mundo de forma geral.

Somente a sociedade que toma para si a responsabilidade de uma educação e de um ensino permanente de todos os conhecimentos globais, cujos conteúdos agregam conhecimentos para cada indivíduo conhecer-se a si próprio nas suas limitações e necessidades para depois conhecer o outro, desenvolve o senso de comunidade e de empatia estabelecendo o diálogo intercultural como ferramenta indispensável e fundamental, para superar valores antiéticos que resultam em violência, guerras e mortes, e recuperar valores éticos moralmente aceitos, capazes

¹¹⁴ FREIRE, 2016, p. 109.

de transformar relações de violência em relações saudáveis e de paz. Tal sociedade estará apta a desenvolver coerentemente uma democracia eficaz.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se aqui a abordagem desenvolvida nesta pesquisa sobre a questão do ensino da ética como princípio norteador da cidadania na educação primária de Angola. A descrição histórica das sociedades antigas e a sua configuração, divisões geográficas, produções culturais, bem como a maneira como procediam quanto à educação, economia, política e religião antes da chegada dos portugueses colonizadores do território foi o tema do primeiro capítulo. Seguiu-se o longo período da educação para a sociedade colonial, que servia exclusivamente aos colonizadores e discriminava a população nativa. Veio então a resistência nativa preconizada contra a invasão e dominação imperialista, chegando-se, na segunda metade do século XX, às ações que culminaram com a independência de Angola proclamada no dia 11 de novembro de 1975, isto é, após 500 anos de dominação e exploração.

Considerando a educação colonial caracterizada como a época que atrasou o desenvolvimento do povo angolano em todas as áreas, especialmente no que tange à formação intelectual e profissional, após a independência, houve a necessidade de reformar o sistema educacional herdado dos colonizadores e que em nada contribuía para a formação do povo do país que acabara de nascer.

Porém, as expectativas de desenvolvimento e mudanças que a população almejava ao se desprender do jugo colonial foram adiadas, visto que, após a celebração da independência, o país mergulhou numa sangrenta guerra civil entre angolanos, guerra esta que durou quase 32 anos, enfraquecendo e dizimando as poucas estruturas existentes e deixando o território num estado de calamidade total. O calar das armas e a efetivação da paz em todo o território desde o ano de 2002 constituíram para o povo angolano um marco de elevada importância no que tange à formação em todos os âmbitos, para deste modo colmatar o vácuo criado por tantos anos de atraso no desenvolvimento e crescimento do país.

Muito já foi feito, muito ainda há que fazer. Muitas demandas ainda continuam sem respostas. Dentre muitas, destacamos a luta contra a corrupção, a intolerância, as desigualdades sociais e econômicas que em nada abonam para a construção e manutenção dos estados democráticos, como é o caso de Angola.

É por estas e outras questões pontuais que pensamos ser deveras importante pensar em investir na educação de crianças do ensino primário através de componentes curriculares com conteúdos pedagógicos e dialógicos formadores e fortalecedores de valores éticos e moralmente aceitos, capazes de desencadear nos indivíduos o senso comunitário e de cidadania, a fim de proporcionar uma vivência saudável entre os cidadãos e as cidadãs, na prática da justiça, da paz, preservando o que o ser humano tem de mais valor - a vida -, ainda mais quando estes valores são trabalhados na infância fazendo parte do desenvolvimento moral e integral das crianças.

O investimento na formação ética de crianças nos seus primeiros anos de vida e de adolescentes do ensino primário é assim um processo que contribui para o desenvolvimento cultural e social de toda a sociedade. Tal formação se constrói durante o desenvolvimento pessoal e coletivo. Visto como um ensino essencial não só para formação das competências profissionais, mas também para o preparo para a boa convivência social pautada nos princípios éticos e cidadãos requeridos nas sociedades democráticas, a ética como componente curricular do ensino primário pode influenciar qualitativamente a vida atual e futura dos cidadãos e das cidadãs, ainda mais quando se presencia no mundo atual vários problemas relacionados à decadência da ética e da moral.

Ao término desta reflexão, espera-se que ela contribua no processo nacional de construção da cidadania especialmente num país que luta por desenvolver-se segundo os padrões éticos da justiça e da paz.

REFERÊNCIAS

- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos*. Barueri: Manole, 2004.
- BITUN, Ricardo; SOUZA, Rodrigo Franklin (org.). *Estudos sobre Durkheim e a religião: 100 anos das formas elementares da vida religiosa*. Santo André: Academia cristã, 2014.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BOFF, Leonardo. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. 11ª ed. São Leopoldo: Sinodal /EST, 2015.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e traficantes no império português*. Lisboa: A esfera do livro, 2013.
- CORRÊA, Darcísio. *A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ijuí: Unijuí, 2006.
- DELORS, Jacques (Coord.). *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2018.
- DEVRIES, Retha. *A ética na educação infantil: o ambiente sócio moral na escola*. Porto Alegre: Artes médicas, 1998.
- DIÁRIO da República. Órgão oficial da República de Angola. I. série n. 170. Disponível em: <www.diario-da-repu.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2018.
- DROIT, Roger-Pol. *Ética*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- DUSKA, Ronaldo e WHELAN, Mariellen. *O desenvolvimento moral na idade evolutiva*. Um guia a Piaget e Kohlberg. São Paulo: Loyola, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 62ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- GARCIA, Joe; TRINDADE, Rui. *Ética e educação: questões e reflexões*. Rio de Janeiro: Wake Editora, 2012.
- HAUSSER, Ester Eliana (Org.). *Cidadania e direitos fundamentais*. Ijuí: Unijuí, 2013.
- HENDERSON, Lawrence W. *A igreja em Angola*. Luanda: Editorial Além-Mar, 2001.

IMBAMBA, José Manuel. *Uma nova cultura para mulheres e homens novos*. Luanda: Paulinas, 2010.

JERÓNIMO, Patrícia. *Os direitos humanos em Angola*. Disponível em: <www.repositorium.uminho.pt>. Acessado em: 09 abr. 2018.

KUNDONGENDE, João da Cruz. *Crise e resgate dos valores morais, cívicos e culturais na sociedade angolana*. Huambo: Ceretec, 2012.

KAKULO, Firmino, DE MORAIS, Beto. *Angola: uma história, uma perspectiva*. Luanda: Escolas Católicas Capuchinhas, 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 2011.

MO SUNG, Jung; DA SILVA, Josué Cândido. *Conversando sobre ética e sociedade*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

MUSSEN, Paul Henry et al. *Desenvolvimento e personalidade da criança*. São Paulo: Editora Harbra, 1988.

MUSSAQUI, António Neves. *O presbiterianismo em Angola: Trinta e dois anos de missão e serviço*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2016. 111f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Divindade). Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

NETO, Teresa da Silva. *História da educação e cultura de Angola*. Luanda: Zaina Editores, 2014.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética, direito e democracia*. São Paulo: Paulus, 2010.

PINSKY, Jaime. *Cidadania e educação*. São Paulo: Contexto, 2015.

Reforma curricular/INIDE. Luanda: 2003. Disponível em: <www.ibe.unesco.org/curricula/angola/ao-pr.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2018.

RODRIGUES, Marcos António. *A educação em Lutero, um estudo introdutório*. Especialização lato sensu em ministério pastoral. Escola Superior de Teologia. Pelotas, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno *et al.* *Educar por competências*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SARUDAKIS, Sebastião Flores. *Ética no ensino fundamental: contribuições para a formação cidadã*. Dissertação (mestrado), Escola Superior de Teologia. São Leopoldo, 2011.

SOUSA, António Bonifácio Rodrigues de. *Ética e cidadania na educação*. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2015.

ULBRA. *Ética: Educação e trabalho*. [Canoas]: [s. d].

VICTORIA, Margarida. *A origem da escola moderna: o legado de Condorcet*, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa>>. Acesso em: 08 fev. 2018.